

FACULDADE DAMAS DA INSTITUIÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAIANE PAULA FERRAZ RIBEIRO

O PIVÔ AMERICANO PARA ÁSIA-PACÍFICO: Uma análise
comparativa dos governos Obama e Trump.

RECIFE, PE

2024

FACULDADE DAMAS DA INSTITUIÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Raiane Paula Ferraz Ribeiro

**O PIVÔ AMERICANO PARA ÁSIA-PACÍFICO: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS GOVERNOS OBAMA E TRUMP.**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação da profa. Ma. Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado.

RECIFE, PE

2024

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

R484p Ribeiro, Raiane Paula Ferraz.
O pivô americano para Ásia-Pacífico: uma análise comparativa dos governos Obama e Trump / Raiane Paula Ferraz Ribeiro. – Recife, 2024.
86 f. .: il.

Orientador: Prof.^a Ma. Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Política externa. 2. Obama. 3. Trump. 4. China. 5. Índia. 6. Rússia. I. Dourado, Maria Eduarda Buonafina Franco. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.) FADIC (2024.1-008)

FACULDADE DAMAS DA INSTITUIÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAIANE PAULA FERRAZ RIBEIRO

**O PIVÔ AMERICANO PARA ÁSIA-PACÍFICO: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS GOVERNOS OBAMA E TRUMP.**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação da profa. Ma. Maria Eduarda Buonafina Franco Dourado.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Eduarda Buonafina Franco Dourado

RECIFE, PE

2024

AGRADECIMENTOS

Nesse fechamento de um ciclo importante da minha vida, gostaria de deixar aqui os agradecimentos a todos que fizeram parte da minha trajetória durante todo o processo diretamente ou indiretamente.

À minha família que sempre me apoiou e sempre me manteve firme, em todos os momentos de dúvidas, dificuldades e choros, sem vocês eu não teria conseguido enfrentar tudo isso. Voinho, Voinha, Tia Lolo, Nena, Phillipp, Bernardo, Benício e Laelson, a presença de vocês na minha vida é imprescindível e agradeço a vocês por estarem comigo e terem me auxiliado no caminho.

Agradecimento especial para mainha (ou Joana, Paulinha...) que desde que soube da minha existência lutou por mim e me fez forte, persistente e é o maior exemplo da minha vida, tudo que eu faço é para te orgulhar e fazer valer tudo o que você passou por mim. À minha caçula, Sophia, que desde que nasceu preencheu minha vida de uma forma que só uma irmã mais velha sabe. Ser seu exemplo é um dos meus maiores motivadores. E a meu paidastro André, que desde que eu me conheço por gente me incentiva e cuida de mim do seu jeito. Vocês fizeram de mim quem eu sou hoje e agradeço a vocês por tudo.

À Pedro, meu parceiro. Que não me deixou desistir, que esteve me apoiando de todas as formas possíveis que não fosse escrever pra mim, obrigada meu amor. Você é um dos presentes da minha vida e sem você eu tenho certeza de que não estaria escrevendo isso agora. Obrigada por caminhar comigo.

Aos professores que fizeram parte desses 4 anos. Vocês foram essenciais para me ensinar além da matéria, mas lições de vida, cada um de sua forma. Esse trabalho de conclusão tem uma parte de cada um de vocês. Um agradecimento a parte ao professor Pedro por ter sido além de um professor, companheiro e empático. Para minha orientadora, Eduarda, você foi a luz que eu tanto pedia desde o primeiro período para minha reta final, quero te agradecer por me tranquilizar, auxiliar (desculpa pelas mensagens tarde da noite) e não desistir de mim, minha gratidão eterna.

“Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês”, diz o Senhor, “planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro.” Jeremias 29:11

RESUMO

Este trabalho analisa a política externa dos Estados Unidos para a região Ásia-Pacífico, comparando os governos de Barack Obama e Donald Trump, a fim de encontrar pontos de divergências e continuidade entre ambos. O estudo aborda como cada administração moldou suas estratégias e as implicações destas em relação à China, Índia e Rússia, no contexto internacional e na dinâmica regional da Ásia-Pacífico. O estudo enfatiza como o governo Obama equilibrou cooperação e competição ao longo dos seus dois mandatos, enquanto o governo Trump focou em questões comerciais e militares de forma mais assertiva. O trabalho utiliza a análise qualitativa de política externa, baseando-se em fontes primárias e secundárias, considerando documentos oficiais de governo, comunicados emitidos, declarações, documentos militares e dados econômicos quantitativos para embasar os argumentos da pesquisa. Conclui-se que a política externa do pivô para Ásia-Pacífico continuou firme sob os dois governos, apenas com abordagens distintas em algumas questões. Passando de uma abordagem cooperativa e de reaproximação, tanto linguística e material, apesar de alguns conflitos, sob Obama, para uma postura mais combativa e assertiva sob Trump.

Palavras-chave: Política externa; Obama; Trump; China; Índia; Rússia.

ABSTRACT

This essay analyzes the United States foreign policy towards the Asia-Pacific region, comparing the administrations of Barack Obama and Donald Trump, in order to find points of divergence and continuity between them. The study addresses how each administration shaped its strategies and their implications regarding China, India, and Russia, within the international context and the regional dynamics of the Asia-Pacific. The study emphasizes how the Obama administration balanced cooperation and competition throughout his two terms, while the Trump administration focused more assertively on trade and military issues. The work employs qualitative foreign policy analysis, based on primary and secondary sources, considering official government documents, issued statements, declarations, military documents, and quantitative economic data to support the research arguments. It concludes that the foreign policy pivot to Asia-Pacific remained strong under both administrations, with only distinct approaches on certain issues. Transitioning from a cooperative and rapprochement approach, both linguistically and materially, despite some conflicts, under Obama, to a more combative and assertive stance under Trump.

Keywords: Foreign policy; Obama; Trump; China; India; Russia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Ranking das maiores economias em 2010
- Figura 2 Principais parceiros comerciais da Índia
- Figura 3 Disputas abertas pelos Estados Unidos contra a China na Organização Mundial do Comércio
- Figura 4 Reivindicações territoriais no Mar da China
- Figura 5 Tarifas aplicadas pelos Estados Unidos em 2018
- Figura 6 Projeção de poder do PLA no Oceano Índico
- Figura 7 Situações de cooperação e conflito com a China (Primeiro ano Obama x Trump 2017)
- Figura 8 Situações de cooperação e conflito com a Índia (Primeiro ano Obama x Trump)
- Figura 9 Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Primeiro ano Obama x Trump)
- Figura 10 Situações de cooperação e conflito com a China (Segundo ano Obama x Trump)
- Figura 11 Situações de cooperação e conflito com a Índia (Segundo ano Obama x Trump)
- Figura 12 Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Segundo ano Obama x Trump)
- Figura 13 Situações de cooperação e conflito com a China (Terceiro ano Obama x Trump)
- Figura 14 Situações de cooperação e conflito com a Índia (Terceiro ano Obama x Trump)
- Figura 15 Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Terceiro ano Obama x Trump)
- Figura 16 Situações de cooperação e conflito com a China (Quarto ano Obama x Trump)
- Figura 17 Situações de cooperação e conflito com a Índia (Quarto ano Obama x Trump)
- Figura 18 Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Quarto ano Obama x Trump)

LISTA DE SIGLAS

ADIZ	Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
APE	Análise de Política Externa
BECA	Acordo Básico de Intercâmbio e Cooperação
BIS	Bureau de Indústria e Segurança
BIT	Tratado Bilateral de Investimento
BRI	Iniciativa “Belt and Road
CAATSA	Lei de Combate aos Adversários da América através de Sanções
COMCASA	Acordo de Compatibilidade e Segurança de Comunicações
CRS	Congressional Research Service
DOD	Departamento de Defesa dos Estados Unidos
DTTI	Iniciativa de Defesa e Comércio Tecnológico
EUA	Estados Unidos da América
FONOPs	Missões de Liberdade de Navegação
GSP	Sistema Generalizado de Preferências
INF	Forças Nucleares de Alcance Intermediário
LEMOA	Memorando de Acordo de Intercâmbio Logístico
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSC	Mar do Sul da China
NSG	Grupo de Fornecedores Nucleares
NSS	National Security Strategy
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde

PCC	Partido Comunista Chinês
PLA	Exército de Libertação Popular
PNTR	Relações Comerciais Normais Permanentes
RIMPAC	Exercício naval da Orla do Pacífico
RPC	República Popular da China
SIPRI	Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo
THAAD	Terminal de Defesa de Área de Alta Altitude
USTR	United States Trade Representative
ZEE	Zona Económica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA	14
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO: RELAÇÃO AMERICANA X ÁSIA-PACÍFICO PRÉ OBAMA	17
3 POLÍTICA EXTERNA: PRIMEIRO GOVERNO OBAMA (2009-2013)	21
3.1 POLÍTICA EXTERNA: SEGUNDO GOVERNO OBAMA (2014-2017)	39
4 POLÍTICA EXTERNA: GOVERNO TRUMP (2017-2020)	49
5 ANÁLISE COMPARADA DOS GOVERNOS OBAMA E TRUMP	67
5.1 COMPARAÇÃO GOVERNO OBAMA E TRUMP:	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
7 REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

No cenário internacional, os Estados estão em uma constante busca para se posicionar no tabuleiro global de forma a defenderem seus interesses nacionais e assegurar sua posição de dominância em relação aos “adversários” pelo maior tempo possível. Diante disso, a região Ásia-Pacífico emerge como um cenário de importância crítica no século XXI. Além da vasta extensão geográfica presente em um território valioso do Heartland, como denominada por Mackinder (1904), que inclui importantes players globais como China, Austrália, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Índia, Rússia, Japão entre outros, sua diversidade cultural, poderio econômico, capacidade militar e uma série de desafios geopolíticos e estratégicos, lança luz para essa região como palco de transformações profundas que vem gerando repercussões não apenas para os países da área, mas para todo o sistema internacional.

No entanto, existe um país que, como uma das principais potências mundiais, apesar de não estar localizado geograficamente próximo, por conta dessa busca por um posicionamento de vantagem e poder, ainda assim desempenha um papel preponderante na determinação dos eventos políticos, econômicos e securitários que ocorrem nessa região, pelo seu histórico de adotar estratégias de interferência, econômica, política ou militar, para além de suas fronteiras, o que, segundo Perry Anderson (2015, p.13), é uma tendência que vigora nesse país desde a sua independência e foi, aos poucos, se transformando em um sentimento imperialista e expansionista: os Estados Unidos da América.

Essa tendência é comprovada empiricamente desde a Doutrina Monroe (1823), proclamada pelo presidente James Monroe, que contribuiu para o isolacionismo americano do século 19, a Política de Contenção (1947), política americana para conter a expansão do comunismo levando a intervenções em eventos como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã, o Plano Marshall (1947), que ajudou na reconstrução da Europa e politicamente conteve a expansão comunista na Europa, até a Guerra ao Terror (pós-11 de setembro de 2001), que levou os Estados Unidos a invadir o Afeganistão e o Iraque (BADER, 2012) como suposto líder do movimento para um “mundo melhor e livre do terrorismo”.

Enquanto esse movimento ocorria do lado oeste do globo, a Ásia foi aproveitada como um espaço de promoção de relações políticas e econômicas

inclusive com a China (ZHAO, 2015; CHRISTENSEN, 2015), se tornando um polo dinâmico da economia mundial, como por exemplo, a iniciativa Belt and Road Initiative (BRI), a formação de acordos de integração econômica entre alguns Estados a ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul), e também um dos epicentros de tensionamentos e conflitos territoriais, como por exemplo, os conflitos no Mar da China (USCR, 2012), os testes militares da Coreia do Norte, a modernização das forças militares da China e as transformações políticas em Taiwan, na Coreia do Sul e nas Filipinas. Tais movimentações e crescimento, gerou um cenário de crescente multipolarização.

Diante desse cenário, a política externa dos Estados Unidos foi desviada do Oriente Médio e reorientada para a região Ásia- Pacífico, sendo rotulada como “Pivô para a Ásia” ou “strategic rebalance” (WHITE HOUSE, 2011) como uma forma de balancear outras potências emergentes - especialmente China e Rússia – em um polo alternativo de poder no lado oposto do globo, a região Ásia-Pacífico. Assim como afirma Brzezinski, “a identificação dos principais pivôs geopolíticos da Eurásia pós-Guerra Fria, e protegê-los, é, portanto, também um aspecto crucial da geoestratégia global da América.” (Brzezinski 1998, 41-55, tradução livre, apud Cordeiro; Nascimento 2010). Essa nova movimentação americana, além de trazer diversas consequências nas dinâmicas regionais, também possui implicações em termos de comércio, segurança, alianças e equilíbrio de poder global, principalmente pela rápida ascensão chinesa, que vem provocando transformações na distribuição de poder no sistema internacional e, do ponto de vista econômico, descentralizou parte do eixo gravitacional da economia mundial do Ocidente para o Oriente.

O “Pivô para a Ásia”, no entanto, não pode ser definida como uma política constante, pois, devido a transição de poder entre presidentes ao longo da primeira e segunda década do século, as prioridades, abordagens e ênfases das políticas externas sofrem mudanças importantes. Dessa forma, este projeto irá buscar levantar questões fundamentais sobre como essas duas lideranças nos EUA moldaram suas abordagens e estratégias na política externa e, além disso, como os países da Ásia reagiram a tal direcionamento americano.

Quando e por que se iniciou o direcionamento americano para a Ásia-Pacífico? Quais atitudes e estratégias cada governo utilizou para ingressar na região? Essas movimentações levaram a uma instabilidade? Como as potências, a destacar China,

devido a seu grande crescimento econômico, Rússia, devido ao histórico de competição com os EUA desde a Guerra-Fria e Índia, por seu processo de nuclearização, responderam à presença e influência dos Estados Unidos? Quando se fala sobre a política pivô para Ásia-Pacífico, não existe unanimidade entre os especialistas sobre a sua efetividade e sobre os seus efeitos positivos e/ou negativos (HAROLD, 2015; ROSS, 2012; FORD, 2017; KOLMAS; KOLMASOVA, 2019 apud Gonçalves, 2021 p.8) mas, a certeza é que mudanças importantíssimas no sistema internacional aconteceram e ainda acontecem devido a essa decisão americana.

Assim, a escolha do assunto para esse trabalho foi baseada na relevância geopolítica dos Estados Unidos e as variações na sua política externa, pois irá lançar luz sobre como diferentes lideranças em um contexto de interferência na região Ásia-Pacífico, afetaram o território e o sistema internacional. Com base nestas questões, são delineados os objetivos deste trabalho.

Considerando o exposto, o objetivo geral do presente estudo é realizar análise comparativa aprofundada das políticas e estratégias externas adotadas nas administrações do governo Obama (2009-2017) e pelo governo Trump (2017-2021), em relação a região Ásia-Pacífico, com o propósito de desvendar os objetivos que estavam em jogo no momento de tomada de decisão, avaliar seus impactos e entender suas implicações. Essa análise não irá apenas destacar as diferenças significativas entre os governos, mas também buscará identificar elementos de continuidade e/ou evolução, visando uma compreensão mais completa das políticas americanas em relação ao tabuleiro asiático. Em termos de objetivos específicos, tem-se o seguinte:

1. Dissertar sobre o conceito de Política Externa.
2. Entender quais fatores motivaram as políticas adotadas por cada governo e dissertar sobre as mesmas.
3. Analisar os efeitos das políticas adotadas para China, Índia e Rússia e brevemente os acordos e avanços realizados.
4. Entender como a dinâmica na Ásia-Pacífico foi alterada devido a política pivô
5. Concluir se os governos divergiram entre si ou se as duas administrações seguiram o mesmo caminho na política externa.

Por isso, ao explorar o posicionamento dos governos americanos mencionados para os países da região Ásia-Pacífico, surge a seguinte questão: como essas políticas impactaram e continuam a direcionar as dinâmicas na região da Ásia-Pacífico e no sistema internacional?

Para tal, do ponto de vista metodológico, será utilizada a análise de política externa, seguindo o método qualitativo baseando-se em fontes primárias e secundárias para embasar os argumentos da pesquisa em termos de capacidades econômicas, militares e acordos internacionais, com documentos oficiais de governo, para investigar as políticas propostas, comunicados emitidos e declarações, a fim de analisar as intenções dos tomadores de decisão, documentos militares, para entendimento dos posicionamentos em relação à segurança, e dados quantitativos econômicos a fim de entender, com base em números, as consequências das políticas adotadas, baseando-se em fontes primárias oficiais dos governos americano e secundárias para embasar os argumentos da pesquisa. Enquanto isso, os dados quantitativos serão referentes a coleta e análise dos dados, provenientes de plataformas de dados e órgãos governamentais.

A estrutura do presente trabalho, após introdução, irá abordar o conceito de política externa, teoria escolhida por dar um enfoque no processo de tomada de decisão de um governo, os fatores que influenciam e como essas ações reverberam internacionalmente. Em sequência, as seções 3 e 4 tratarão de detalhar as políticas específicas do governo Obama e Trump, os acordos firmados ou extintos assim como as reações dos Estados asiáticos a cada política adotada. A quinta e última seção tratará da comparação entre os dois governos, achando pontos de continuidade, distinção e convergências e como o pivô para Ásia foi conduzido.

2 CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

Antes de ser possível observar as políticas externas elaboradas pelo governo Obama e governo Trump, se faz necessário um entendimento do conceito de Política Externa para as Relações Internacionais e como é um fator determinante para entender o comportamento dos Estados Unidos e as suas interações com outros Estados no sistema internacional. Assim, o intuito desta primeira seção é explicar o que é política externa e apresentar a abordagem de análise que servirá como base teórica e conceitual utilizada para o desenvolvimento deste trabalho.

A existência do sistema internacional só é possível devido aos Estados, sendo eles entidades que buscam por diferentes objetivos através de suas ações, seja a paz, sua segurança, a expansão territorial ou ideológica, abertura de novos mercados para seus produtos, aliados, entre outros. Qualquer que seja o fim, essas entidades agem de acordo com sua estrutura interna, vontades individuais de seus líderes e pressão de grupos específicos (FERREIRA, 2020). Somado a isso há as dinâmicas internacionais, as quais também constroem e limitam as ações dos Estado em busca de seus interesses.

Assim, essas ações se materializam em políticas concretas fora das fronteiras nacionais e frente a outros países e organismos internacionais que refletem o comportamento do mesmo no sistema internacional, se caracterizando assim como Políticas Externas. Como dito por Clarke e White "a política externa, tal como política interna, é formulada dentro do Estado, mas, ao contrário da política interna, é direcionada e deve ser implementada no ambiente externo a esse Estado" (White, 1989: apud Fatih, 1994 p.115).

No campo das Relações Internacionais por um bom tempo as teorias buscaram examinar os resultados das interações de Estados com suposições gerais sobre as suas ações, com destaque para a Teoria Realista e a Teoria Liberal, geralmente tratando Estados como "caixas pretas" de acordo com Valerie Hudson (2005, p.3-5). Assim, ao trabalhar com as concepções clássicas das relações internacionais, o ponto de partida de análise do comportamento de um Estado é aceitar o fato de que a política externa é essencialmente uma política de segurança e de defesa face ao exterior e que as ações dos estadistas são ditadas pela necessidade de, com os elementos de poder que o Estado dispõe, responder aos acontecimentos internacionais. Essa

tendência perdurou até 1950, quando é levantada a problemática de ignorar a estrutura e atores internos dos Estados.

O problema, segundo Hudson, foi a negligência em relação aos indivíduos que, atuando sozinhos ou em grupo em instituições por eles criadas, possuem participação importantíssima nas ações de um Estado. Com o movimento behaviorista norte-americano, em uma tentativa de trazer para o campo da análise da política externa um conjunto de conceitos metodológicos e técnicos de outras ciências sociais, uma série de estudos científicos começaram a ser produzidos, em um contexto de fim da Segunda Guerra Mundial e chegada da URSS, para explicar o comportamento dos jogadores no tabuleiro internacional.

Foi em 1950, com o artigo de Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin, *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics* (1954), que a Análise de Política Externa como campo de estudos nasceu com identidade própria. Essa obra foi a primeira a dar destaque para o comportamento dos atores envolvidos na formulação e na execução da política externa, ou seja, centrando a análise no processo de formulação da decisão e, portanto, na análise do comportamento dos decisores políticos, abrindo assim, a “caixa preta” das teorias clássicas.

Se alguém deseja sondar as questões do "porquê" subjacentes aos acontecimentos, condições e padrões de interação que assentam na ação do Estado, então a análise da tomada de decisão é certamente necessária. Diríamos mesmo que as questões do "porquê" não podem ser respondidas sem a análise da tomada de decisões [ênfase no original].” (Snyder, Bruck, Sapin, 1962, p 33, apud Hudson, 2005, tradução nossa)

Essa concepção de Snyder, Bruck e Sapin foi um ponto de virada essencial, pois a partir disso, fatores externos deixam de ser fatores absolutos na explicação do comportamento do Estado, e se interligam com a percepção dos decisores políticos sobre os acontecimentos do cenário internacional. Dessa forma, a Análise de Política Externa foca em como as decisões voltadas ao exterior são tomadas levando em conta a estrutura de um Estado, o papel dos indivíduos diretamente envolvidos com a formulação de políticas, e nos fatores externos que levam a essas movimentações no plano interno.

A partir desse ponto, diversos outros estudos partiram na busca de aprimorar essa subárea das relações internacionais para ajudar a explicar o complexo comportamento dos Estados no cenário internacional, levando ao aperfeiçoamento de

conceitos antes ignorados. Um desses estudos que levaremos em consideração foi a obra de Charles Hermann “Changing Course: When Government Choose to Redirect Foreign Policy” que explora os processos de mudança de preferência na política externa dos Estados, argumentando que as mudanças ocorrem a partir de um processo decisório resultante de uma combinação de fatores domésticos e internacionais, se dando por quatro fontes principais.

Tanto as perspectivas da política externa como as do sistema internacional têm muito a contribuir para a nossa compreensão da mudança [...] podem ocorrer grandes mudanças na política externa quando os principais decisores políticos que enfrentam um problema reestruturam a sua mentalidade, modelos ou esquemas do problema. Isto pode levar a uma redefinição do problema ou para uma nova compreensão da relação entre ela e as suas políticas. (HERMANN, 1990)

A primeira dessas fontes, seria um líder predominante, ou seja, um indivíduo que possui grande influência na cena estatal de uma nação, sendo considerado nesse estudo o presidente. De acordo com o autor “Esse líder impõe a sua própria visão da reorientação básica necessária na política externa. O líder deve ter a convicção, o poder e energia para obrigar o seu governo a mudar de rumo.” (Hermann, 1990 p.11). A segunda fonte é a situação do ambiente doméstico, que pode mudar as preferências ou estratégias através de um indivíduo ou agência, mas esses agentes devem estar suficientemente bem colocados no sistema burocrático para terem algum acesso aos altos funcionários (Hermann, 1990 p.12). A terceira fonte seria um caso de reestruturação doméstica radical, que refletem no comportamento externo do Estado, como revoluções e mudanças de regimes. A quarta, e última fonte, se refere a choques externos dramáticos, que afetam a todos, direta ou indiretamente, e não podem ser ignorados (Hermann, 1990 p.12).

No entanto, apesar de ser necessário analisar a política externa adotada por Obama e em seguida, por Trump, com auxílio do arcabouço teórico e metodológico do campo da Análise de Política Externa, cabe neste trabalho também analisar o contexto internacional. Afinal, apesar de ter “aberto a caixa preta” que é o Estado, ainda se faz necessário perceber como os Estados Unidos se encaixam em meio a um sistema internacional do século XXI, no qual o polo dinâmico tem mudado gradativamente. Para isso, será utilizado o viés da teoria Construtivista, a qual aborda como o sistema internacional é criado pelos atores e por suas interações, ou seja, de

dentro do Estado para fora, mas como eles e suas ideias, interesses e ações, são criados mutuamente pelo mesmo sistema, ou seja, de fora para dentro.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO: RELAÇÃO AMERICANA X ÁSIA-PACÍFICO PRÉ OBAMA

Antes do governo Obama, a relação entre os Estados Unidos e a região da Ásia-Pacífico foi marcada por uma complexa interação de interesses políticos, econômicos e estratégicos. No período da Guerra Fria, principalmente, no qual os EUA estabeleceram uma presença significativa na região da Ásia-Pacífico, pois a região emergiu como um campo crucial para estabelecer relações na medida que poderiam ser estratégicas para conter o avanço da União Soviética, primeiramente com o acompanhamento da reconstrução japonesa e o posicionamento de tropas no país (WESTAD, 2017), depois com a ocupação na Coreia do Sul em contraponto a presença soviética na Coreia do Norte (CHAE-JIN, 2006), até as interferências diretas na Guerra do Vietnã (VIZENTINI, 2007).

Após o fim da Guerra Fria houve um crescimento exponencial na Ásia-Pacífico, tanto dos países individualmente como da interação entre eles, através de tratados e de instituições internacionais. Houve uma ascensão do Japão como uma potência econômica na década de 1970, a China normalizou suas relações diplomáticas com todos os estados da região, incluindo a Indonésia, o Vietnã e a Coreia do Sul, tornando-se rapidamente um parceiro econômico indispensável e o destino principal dos investimentos asiáticos (GASPAR, 2008), a Índia deu continuidade a seu processo de nuclearização, o Vietnã apesar de ter enfrentado desafios econômicos, implementou reformas de abertura e liberalização na década de 1980, a Rússia, com a chegada de Vladimir Putin ao poder e a recuperação econômica que se seguiu, buscou reconsolidar seu papel como potência regional (MAZAT E SERRANO, 2012), e, por fim, a Coreia do Sul, experimentou um rápido crescimento, impulsionado pelo forte apoio do governo à política de exportação e pelo boom econômico global, atingindo em 1971 um pico do PIB (PARK, 2018).

No que tange as interações entre esses países, a Ásia inaugura um novo período, marcado pela construção de um sistema de cooperação e regionalismo capaz de potencializar as vantagens para os países da região. Como exemplo, o

Tratado de Cooperação e Amizade entre a China e o Japão (1978), o Tratado de Bangkok (1967) que criou a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e estabeleceu uma aliança de cooperação regional entre os países do Sudeste Asiático, e posterior inclusão do Japão, China e Coreia do Sul, e a formação da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) formada em 1989 para promover o livre comércio e a cooperação econômica na região Ásia-Pacífico.

Tais movimentações continuaram a dinamizar o sistema internacional até o século XXI, quando em 2001 George W. Bush assume o governo americano e explicita sua intenção de continuar engajando com os países asiáticos, não muito diferente de seus antecessores. No entanto, com o evento do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, a conduta da política exterior sofre alterações dramáticas (WALT, 2002), ocorrendo um direcionamento imediato e prioritário para o Oriente Médio na guerra ao terror.

No entanto, apesar de não ser o foco americano, não significa que a região foi totalmente esquecida. Em relação à China, a política externa de George W. Bush, não começou bem, com uma colisão aérea entre uma aeronave americana e chinesa que gerou um desconforto diplomático. No entanto, após o 11 de Setembro, o tom da administração Bush em relação à China começou a mudar para mais cooperativo, como afirmou no documento de Estratégia de Segurança Nacional de 2002:

A relação dos Estados Unidos com a China é uma parte importante da nossa estratégia para promover uma região Ásia-Pacífico estável, pacífica e próspera. Saudamos o surgimento de uma China forte, pacífica e próspera. [...] Os Estados Unidos buscam um relacionamento construtivo com uma China em mudança. (National Security Strategy, 2002, tradução nossa)

Dessa forma, foi um período marcado por uma abordagem de maior engajamento econômico e de contenção em áreas de divergência, como o apoio dos EUA a Taiwan e a presença militar norte-americana na região do Pacífico. Com o ingresso da China na OMC (Organização Mundial do Comércio), e a consequente abertura comercial do país, no qual Estados Unidos se beneficiou economicamente pois aceitou as importações da China, que reteve os dólares e títulos americanos, os quais foram revertidos em empréstimo aos Estados Unidos a fim de cobrir gastos na guerra ao terror. Segundo Arrighi (2008), quanto mais preso à lógica da guerra contra o terror estivesse o governo dos Estados Unidos, ou seja, dependentes do crédito

externo barato e dos preços das commodities, mais bem sucedida seria a posição da China em relação aos americanos.

Em relação à Rússia, Bush buscou tratar o país como um parceiro nas relações internacionais, em contraste com a abordagem mais “agressiva” de alguns de seus predecessores. Ele reconheceu a importância da Rússia como uma potência regional e global e reafirmou a busca por um engajamento construtivo:

Com a Rússia, já estamos a construir uma nova relação estratégica baseada numa realidade central do século XXI: os Estados Unidos e a Rússia já não são adversários estratégicos (National Security Strategy, 2002, tradução nossa)

De certa forma, essa cooperação foi viabilizada com o apoio Russo na luta contra o terrorismo, apoiando a intervenção americana no Afeganistão e, além disso com o ingresso como parceiro na OTAN, em 2002, entrando no Grupo dos 7 (G7), que se tornou G8, com apoio americana e graças, segundo o comunicado oficial, “às suas notáveis transformações econômicas e democráticas” (Council on Foreign Relations, 2006). No entanto, as tentativas de enfraquecimento geopolítico nunca foram cessadas pelo governo americano e, assim, foi natural que esse clima amistoso se desfizesse no final do segundo governo de Bush.

Tal fato ficou mais evidente ainda em 2007, quando a Rússia se opôs veemente ao projeto de escudo antimísil que os norte-americanos queriam instalar na Europa Central (Polônia e República Tcheca), que supostamente deveriam proteger membros da OTAN contra a ameaça iraniana. Em suma, a política externa foi uma mistura de cooperação em questões de segurança e competição em áreas de divergência, refletindo a complexidade das relações entre duas potências globais com interesses e valores diferentes.

Os Estados Unidos procuram trabalhar em estreita colaboração com a Rússia em questões estratégicas de interesse comum e para gerir questões sobre as quais temos interesses diferentes. (National Security Strategy, 2006, tradução nossa)

Em relação a Índia, o governo anterior à Obama abriu espaço para uma importante parceria com o país, sendo marcado por uma mudança significativa na relação bilateral, passando de uma relação de relativa distância para uma parceria estratégica mais próxima e abrangente, assim como afirma no documento de Estratégia de Segurança Nacional (NSS) de 2002:

[...] Hoje começamos com uma visão da Índia como uma potência mundial crescente com a qual temos interesses estratégicos comuns. Através de uma forte parceria com a Índia, poderemos abordar melhor quaisquer diferenças e moldar um futuro dinâmico. (National Security Strategy, 2002, tradução nossa)

A Índia ocupa um papel importante na política externa americana nesse período, principalmente como um contrapeso importante à influência da China na Ásia. Uma das medidas realizadas para tal aproximação foi erguer sanções existentes no campo nuclear há aproximadamente três décadas contra a Índia, através de um acordo nuclear cujas negociações se deram entre os anos de 2005 e 2008 (MANSINGH, 2009, apud PAUTASSO; SCHOLZ, 2013), que permitiria o comércio de energia nuclear para fins pacíficos entre os países. Quando o acordo entrou em vigor, no final do mandato de Bush, o tratado não só permitiu a provisão de combustível nuclear para a Índia, como também que se revertesse a recusa de mais de 30 anos em fornecer tecnologia para os indianos (KAZI, 2008, apud PAUTASSO; SCHOLZ, 2013)

3 POLÍTICA EXTERNA: PRIMEIRO GOVERNO OBAMA (2009-2013)

Quando Barack Obama, do partido democrata, assumiu o governo em 2009, herdou os legados das administrações anteriores, com a crise financeira de 2008¹ na economia doméstica, que gerou desemprego, instituições insolventes e baixo crescimento; uma crise internacional de soft power em decorrência do descrédito da guerra no Iraque e a Guerra no Afeganistão, tendo assim duas fontes drenando recursos econômicos e burocráticos, gerando impactos na condução de sua política externa. Por isso, inicialmente Obama mantém uma política menos ativa em termos de negociações internacionais, procurando, em um primeiro momento, esfriar os ânimos e angariar capital político (MENDONÇA; LIMA, 2017), mas não inexistente pois, no outro lado do globo, a percepção na Ásia, em 2009, era que os EUA havia se distraído em sua Guerra ao Terror e que estava economicamente enfraquecido (BADER, 2012, p. 2).

De fato, as exportações de bens sofreram uma queda entre 2008 e 2009 depois de uma sequência de cinco anos de crescimento, enquanto as importações cresciam aprofundando o déficit no comércio de bens. (WORLD BANK, 2008). Enquanto isso, a China assegura sua posição como uma potência com ambições globais, um grande avanço econômico, que também leva ao fortalecimento de suas capacidades militares, através de um processo de modernização, que inclui aquisição de armas como mísseis antiaéreos para abatimento de navios, submarinos, aeronaves, e sistemas de apoio, como comando e controle, comunicações, inteligência e vigilância (O'ROURKE, 2015), a Índia se encontra em um rápido crescimento econômico, com um sistema financeiro altamente regulamentado e uma relativa falta de dependência em relação a exportações, o que contribuiu para mitigar a maior parte dos efeitos da crise e recessão globais (KHILNANI, 2011), e a Rússia é uma das principais potências energéticas do mundo (LEGVOLD, 2010), com um potencial nuclear comparável ao dos Estados Unidos, além de possuir uma posição geográfica estratégica, próximo a Europa e Oriente Médio.

¹ Crise do Subprime, que causou a falência de diversos bancos e alastrou a crise para outras instituições financeiras ao redor do mundo que tinham participação no mercado imobiliário norte-americano, causando uma recessão global.

Diante desse panorama inicial, o governo Obama, no documento “The President Trade Policy’s Agenda”, que exhibe oficialmente as diretrizes econômicas básicas que o Executivo pretende adotar, expressa que o objetivo da política comercial deve ser o de buscar o bem-estar das famílias norte-americanas e gerar emprego, ao mesmo tempo em que buscou uma política de resgate da presença estadunidense na Ásia em geral, estabelecendo a região como uma prioridade para cooperação com outras potências, o que fica claro com a viagem de abertura da secretária de estado, Hillary Clinton, ao leste da Ásia no início do governo, e no seu discurso, no qual afirma que:

“a nossa nova Administração quer dedicar muito tempo e energia ao trabalho com os parceiros asiáticos e com todas as nações da região do Pacífico, porque sabemos que grande parte do nosso futuro depende das nossas relações nessa região.” (Hillary Clinton, Fevereiro, 2009, U.S Department of State, tradução nossa)

Segundo Cordesman e Hess (2013), a nova política ativa na Ásia está assentada em cinco pilares estratégicos: (a) fortalecimento de alianças; (b) aprofundamento de parcerias com países emergentes; (c) estabelecimento de um relacionamento construtivo com a China; (d) fortalecimento das instituições regionais; e (e) estabelecimento de uma arquitetura econômica para aumentar os benefícios do comércio e do crescimento para os países da região.

Assim, apesar de a prioridade ainda ser a esfera interna, em termos econômico e securitário, no ano de 2009, Obama segue esses pilares estratégicos, inicialmente expressando o interesse em seguir nas negociações para os EUA ingressar no Acordo de Associação Transpacífico (TPP), um acordo de livre comércio inicialmente composto por países como Cingapura, Nova Zelândia, Chile e Brunei, que visava a criação de uma zona de livre comércio abrangendo diversas economias do Pacífico, com o objetivo de reduzir tarifas, harmonizar regulamentos e promover o comércio e o investimento na região, como afirmou:

“Os Estados Unidos também se envolverão com os países da Parceria Transpacífica com o objetivo de moldar um acordo regional que terá uma ampla base de membros e os elevados padrões dignos de um acordo comercial do século XXI.” (Barack Obama, Novembro, 2009, U.S Office Of The United States Trade Representative, tradução nossa)

Em relação a China, houve uma modificação no Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED), iniciado em 2006, para refletir a ampliação das discussões

bilaterais, discutindo temas principalmente securitários e econômicos, (BADER, 2012) abordando questões de câmbio, balança comercial, investimentos e cooperação em tecnologia verde e foi usado como um canal para abordar preocupações sobre o déficit comercial entre os dois países, no qual houve uma dura queda nas exportações americanas de 2008 para 2009 (WORLD BANK, 2009).

Em termos securitários, a administração buscou trabalhar para obter o apoio chinês em questões globais críticas, sendo as principais, na visão do governo americano, o apoio da China para a ação do Conselho de Segurança da ONU, que condenava os testes nucleares e de mísseis balísticos da Coreia do Norte, em uma resolução que exigia um embargo quase total às exportações e importações de armas e sanções às instituições financeiras que efetuassem negócios com o país (BADER, 2012) e o apoio da China, como maior parceiro e investidor comercial no sector de energia do Irã, na preocupação americana sobre o programa nuclear do país (BADER, 2012). Essas preocupações foram destacadas na viagem de Obama à China e resultou em uma declaração conjunta dos dois países afirmando que:

“As duas partes concordam que o Irã tem direito a utilizações pacíficas da energia nuclear ao abrigo do TNP e que deverá cumprir as obrigações internacionais que lhe incumbem por força desse tratado. [...] e saudaram todos os esforços conducentes à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento no Sul da Ásia. [...] e apoiam a melhoria e o desenvolvimento das relações entre a Índia e o Paquistão.” (U.S.-China Joint Statement, 2009, White House, tradução nossa)

Em relação a Índia, o governo Obama expressou como o país é uma das prioridades da sua administração, tanto por ser uma economia em crescimento como por servir como antítese da China na Ásia, que também causa incerteza no país por sua influência cada vez maior com os vizinhos do país na região, que está cercada por estados instáveis ou autoritários – Nepal, Bangladesh, Birmânia, Sri Lanka, e principalmente o Paquistão (KHILNANI, 2011). Essa importância do governo foi demonstrada com a visita da secretária Clinton à Índia e a posterior visita do primeiro-ministro indiano a Casa Branca, na qual Obama expressa que:

“A Índia é atualmente uma potência mundial em ascensão e responsável. Na Ásia, a liderança indiana está a expandir a prosperidade e a segurança em toda a região. Os Estados Unidos saúdam e encorajam o papel de liderança da Índia no sentido de ajudar a moldar a ascensão de uma Ásia estável, pacífica e próspera” (Barack Obama, 2009, WHITE HOUSE, tradução nossa)”

Em relação a segurança, o maior empecilho entre os dois países era justamente a questão entre o Afeganistão e Paquistão, pois, enquanto a Índia queria desempenhar um papel mais importante na reconstrução do Afeganistão, o governo americano estava relutante em permitir esse envolvimento devido às preocupações do Paquistão (WETERING, 2016), o que impediu certo avanço nesse setor no começo do governo.

Uma sensibilidade por conta da relação sino-americana também permaneceu evidente, demonstrada pela dura crítica da Índia ao posicionamento da declaração conjunta, a qual deixou implícito que a China tem um papel legítimo em qualquer aspecto da segurança do Sul da Ásia, devido às ansiedades indianas relativamente à China e à sua relação próxima com o Paquistão (BADER, 2012). Somado a isso, as exportações e importações, respectivamente, entre a Índia e os Estados Unidos caíram 16% e 18% em 2009 (U.S. INTERNATIONAL TRADE COMMISSION, 2010).

Com a Rússia, o governo americano priorizou retomar temas como cooperação multilateral em questões em que os interesses dos EUA e da Rússia coincidem, especialmente nos esforços relacionados com o controle de armamentos e atividades de não proliferação nuclear, anunciando um “reset” na relação dos dois países, como afirmou em uma visita à Rússia:

“A América quer uma Rússia forte, pacífica e próspera. [...] Pensem nas questões que definirão as suas vidas: a segurança contra as armas nucleares e o extremismo; o acesso aos mercados e às oportunidades [...] Estes desafios exigem uma parceria global, e essa parceria será mais forte se a Rússia ocupar o lugar que lhe cabe como grande potência. [...] Foi por isso que apelei a um “reset” nas relações entre os Estados Unidos e a Rússia.” (Barack Obama, 2009, White House, tradução nossa)”

Essa reaproximação foi materializada com a criação da BPC (Comissão Presidencial Bilateral EUA-Rússia), que permitiu melhorar a coordenação entre dois países, identificar áreas de cooperação e prosseguir projetos e ações conjuntos que reforcem a estabilidade estratégica, a segurança internacional e o bem-estar económico (US DEPARTMENT OF STATE, 2009) e pela assinatura de um acordo em julho de 2009, que permitiu aos Estados Unidos transportar soldados e equipamento militar através da Rússia para apoiar as forças americanas e da coligação no Afeganistão, dando ao governo americano 4.500 voos por ano e uma economia de até 133 milhões de dólares por ano em combustível, manutenção e outros custos de transporte (WHITE HOUSE, 2009).

Em 2010, a China atingiu o marco de superar o Japão como a segunda maior economia do mundo no segundo trimestre, deixando claro para o governo americano que uma política de contenção frente a China não era uma opção viável, mesmo com certa inquietude em relação a possíveis consequências dessa ascensão e o que ela pode significar para a segurança e outros interesses americanos (BADER,2012). Enquanto os Estados Unidos pareciam estar em declínio, a China parecia apenas crescer, se tornando o principal parceiro comercial do Japão, da Coreia do Sul, de Taiwan, da Austrália e da Índia, em alguns casos superando os Estados Unidos (BADER,2012), como demonstrado na figura 2.

Figura 1 – Ranking das maiores economias em 2010

PAÍS	VALORES (US\$)
Estados Unidos	15.048,964,44
China	6.087,191,75
Japão	5.759,071,77

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2010

Figura 2 – Principais parceiros comerciais da Índia

EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO ÍNDIA	Trade (US\$ Mil)	Porcentagem (%)
China	41.249	11.78
Emirados Árabe	30.907	8.83
Suíça	22.198	6.34
Arabia Saudita	20.374	5.82
Estados Unidos	19.096	5.46

Fonte: Elaboração própria com dados do World Integrated Trade Solution (WITS, 2010) Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IND/Year/2010/Summary>

Dessa forma, o NSS (National Security Strategy) desse ano deixa claro que a prioridade do governo americano é o esforço pela renovação da economia, para reverter os efeitos da recessão de 2008, e engajar mais efetivamente com os países internacionalmente, como expressa:

“O ponto de partida para ação será o nosso compromisso com outros países. A pedra angular deste empenhamento é a relação entre os Estados Unidos e os nossos amigos e aliados mais próximos [...] incluindo China, Índia e Rússia” (National Security Strategy, 2010, tradução nossa)”

O otimismo em relação a continuidade da interação sino-americana para 2010, foi frustrado pois o ano começou com tensões, já herdadas com o fracasso da Conferência do Clima de Copenhague, que envolveu a não aceitação da China das

demandas estadunidenses, e só piorou em 2010, com um acordo entre EUA e Taiwan de venda de armas, no valor de 6,4 bilhões de dólares, envolvendo mísseis PAC-3, 60 helicópteros Black Hawk, atualizações para o sistema de comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR), dois caça-minas da classe Osprey e mísseis de telemetria Harpoon (MAHMUD, 2012). Tal acordo foi veemente condenado pelos chineses, que ressaltaram o impacto negativo que causaria.

Nesse contexto, as duas nações encontraram formas de cooperar durante o ano em algumas questões. Houve o segundo encontro do S&ED, porém sem resultados materiais efetivos, com apenas insinuações relutantes de cooperação, afirmando como os dois países não estão de acordo em tudo, mas conseguiram alcançar alguns resultados, como um acordo para exploração do potencial de gás natural da China (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2010) e manter um diálogo contínuo, mesmo tenso. No campo securitário, a China concordou com negociações junto a Washington e outras potências ocidentais sobre a proposta de sanções contra o Irã, apoiadas pelo Conselho de Segurança da ONU, depois de meses a destacando a sua relutância em apoiar as sanções. A UNSCR 1929 (United Nations Security Council Resolution, 2010) pontua como a China, a França, a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos iriam a adotar novas medidas concretas para explorar uma estratégia global para resolver a questão nuclear iraniana.

Os principais eventos do ano entre os países, no entanto, foram conflitos, principalmente em relação a insatisfação americana com o déficit entre a economia americana e a chinesa e a situação no Mar do Sul da China. O déficit alcançou a marca de 273,04 bilhões de dólares, o mais elevado historicamente, o que significa que a abertura do mercado dos EUA, juntamente com a falta de acesso ao mercado da China, resulta nas exportações chinesas entrando nos Estados Unidos, e o movimento inverso não ocorrendo (USCC, 2010). Diante disso, o governo americano condenou as políticas chinesas de subvalorização da moeda e o favoritismo em relação à inovação e à produção nacionais, em favor dos produtos internacionais. O resultado dessas tensões pode ser visto no aumento das disputas abertas pelo governo americano na Organização Mundial do Comércio (OMC, 2010):

Figura 3 – Disputas abertas pelos Estados Unidos contra a China na Organização Mundial do Comércio

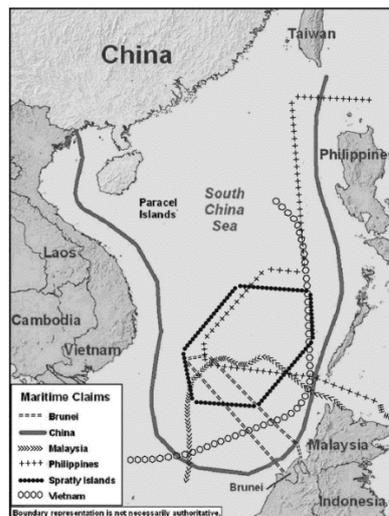
ANO	Nº DISPUTAS
2009	1
2010	3

Fonte: World Trade Organization. Elaboração Própria. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_status_e.htm

A agressividade chinesa na região do Mar do Sul da China, uma área que disputa com o Vietnã, Malásia, Filipinas e Brunei, por razões históricas, econômicas e estratégicas, tentando controlar, ou impedir o controle de pequenas ilhas, gerou uma série de incidentes com exercícios navais, envolvendo numerosos navios de guerra, submarinos e aviões de combate (USCC, 2010) levando a um ambiente diplomático mais tenso (BADER, 2012). Esse avanço Chinês nessa região constitui uma ameaça potencial aos interesses dos EUA, pois é uma região que possui ao menos o equivalente a 28 bilhões barris de óleo e com uma estimativa de recursos de gás natural sejam de quase 900 trilhões de pés cúbicos. Como afirmou Clinton em um Fórum Regional da ASEAN (2010):

"Os Estados Unidos, como todas as nações, têm um interesse nacional na liberdade de navegação, no livre acesso aos bens comuns marítimos da Ásia e no respeito pelo direito internacional no Mar da China Meridional [...] Os Estados Unidos está disposto a facilitar iniciativas e medidas de reforço da confiança para estabelecer um código de conduta vinculativo para os seis países em disputa." (Hillary Clinton, U.S. Department Of State, 2010, tradução nossa)

Figura 4 - Reivindicações territoriais no Mar da China



Fonte: U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION, 2010. Disponível em: https://www.uscc.gov/sites/default/files/annual_reports/2010-Report-to-Congress.pdf

É nesse contexto que a Índia se encaixa na estratégia do governo Obama como um contrapeso a influência chinesa na Ásia. O governo buscou se aproximar mais do país, iniciando o primeiro Diálogo Estratégico EUA-Índia, no qual o país foi estabelecido pelo presidente como “uma parceria definidora no século XXI.” e como afirma no NSS de 2010:

“[...] a promoção dos nossos interesses exigirá a expansão das esferas de cooperação em todo o mundo. Certas relações bilaterais – como as relações dos EUA com a China, a Índia e a Rússia – serão fundamentais para construir uma cooperação mais ampla em áreas de interesse mútuo [...]” (National Security Strategy, 2010, tradução nossa)

Além disso, é lançado a Parceria Económica e Financeira com o Ministro das Finanças indiano, Pranab Mukherjee, que dão início a um esforço para institucionalizar relações bilaterais, e para acompanhar o ritmo das trocas econômicas entre os dois países, que em 2010 elevou a Índia ao décimo maior parceiro comercial dos EUA (USITC, 2010). Esse esforço por uma aproximação também se materializou no campo securitário, a fim do aumento da presença americana na região marítima da Ásia, peça chave no tabuleiro asiático. Com a visita do próprio Obama ao país e o anúncio do apoio americano ao tão desejado assento permanente da Índia no Conselho de Segurança da ONU e a Iniciativa de Cooperação Contra o Terrorismo (CCI), assinada em julho de 2010, levou as guardas costeiras e às marinhas dos países a aumentar os intercâmbios sobre segurança marítima e cooperação na abordagem de ameaças marítimas como a pirataria e o terrorismo (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2011) A efetivação do Yudh Abhyas, o maior exercício militar conjunto bilateral entre a Índia e os Estados Unidos e o discurso do presidente comprovam:

“Como dois líderes globais, os Estados Unidos e a Índia podem formar parcerias para a segurança global [...] É por isso que posso dizer hoje, nos próximos anos, que aguardo com expectativa um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado que inclua a Índia como membro permanente” (Obama, The White House, 2010, tradução nossa)

Em relação a Rússia, a administração Obama uma mudança de abordagem, com o “reset” de relações para reverter o que chamou de “deriva perigosa”, procurando se envolver com o governo russo em objetivos de política externa de interesse comum (WHITE HOUSE, 2010). Apesar de um comércio bilateral fraco, os EUA se comprometeram a fornecer assistência técnica para ajudar a acelerar o processo de revisão da OMC da Rússia (WHITE HOUSE, 2010). Em relação a

segurança, o pilar dessa nova estratégia foi a cooperação nas questões do Afeganistão, com o aumento de fornecimentos enviados pelo trânsito terrestre e aéreo de tropas no território russo, e desarmamento nuclear (MAZAT; SERRANO, 2012). Em junho Obama e o presidente Medvedev, junto com outros membros do Conselho de Segurança da ONU, chegaram à Resolução 1929 do Conselho de Segurança da ONU, aprovando sanções contra o Irã por não cumprir as suas obrigações internacionais sobre o seu programa nuclear, e, pela primeira vez, as suas forças armadas convencionais, sendo a parceria EUA-Rússia fundamental na elaboração desta resolução (WHITE HOUSE,2010).

Além disso, essa nova aproximação resultou na assinatura do Novo START (New START), para substituir o START I, expirado em 2009, estabelecendo a diminuição ainda maior do número de ogivas nucleares, limitando cada lado para 1.550 ogivas estratégicas implantadas, 700 veículos de entrega estratégica implantados e 800 lançadores ICBM (Míssil Balístico Intercontinental) implantados e não implantados, lançadores SLBM (Míssil Balístico Lançado de Submarino) e bombardeiros pesados equipados com armamentos nucleares. (WHITE HOUSE,2010). À medida que 2010 se aproximava do fim, as autoridades dos EUA estavam satisfeitas com o progresso do “reset”, porém questões delicadas ainda se fizeram presentes. Os Estados Unidos reiteraram ao governo russo o apelo para um fim a ocupação no território da Georgia e para um avanço nas negociações da defesa antimísseis da OTAN:

“Embora possamos ter diferenças de opinião sobre táticas, os EUA e a Rússia nunca estiveram tão unidos [...] Quando se trata de defesa antimísseis, temos muito a aprender uns com os outros, e os EUA estão prontos para começar um novo capítulo no nosso relacionamento com a Rússia [...] e desenvolver uma cooperação conjunta, bilateral e com a OTAN, que possa contribuir para a nossa defesa comum contra este perigo crescente.” (U.S. Department Of State,2010, tradução nossa)

O ano de 2011 começou com a definição da política externa oficial do governo Obama, com o pivô para região da Ásia-Pacífico, anunciado em um discurso na Austrália, junto com o plano de enviar 2.500 fuzileiros navais para a Austrália somado à efetivação do Acordo de Associação Transpacífico, um acordo multinacional de comércio livre entre os 8 países participantes: Austrália, Brunei Darussalam, Chile, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Vietnã e Estados Unidos.

“Depois de uma década em que travámos duas guerras que nos custaram caro, em sangue e em tesouros, os Estados Unidos irão direcionar a atenção para o vasto potencial da região Ásia-Pacífico. Em apenas algumas semanas, depois de quase nove anos, as últimas tropas americanas deixarão o Iraque e a nossa guerra lá terminará.” (Barack Obama, White House, 2011)

Esse direcionamento levanta um alerta na China, que vinha em um histórico de assegurar sua posição central na Ásia no campo econômico e securitário. Esse pivô ocorre em momento que o déficit comercial dos EUA com a China aumenta em 9% comparado a 2010, por conta das barreiras que as empresas americanas enfrentam ao tentar vender no mercado chinês (USCC, 2011) e mostra que a solução encontrada pelo governo Obama é focar na região para auxílio na recuperação econômica e posicionamento global dos EUA. Apesar do receio chinês, a relação entre os países se manteve relativamente estável. O S&ED ocorreu e os dois lados discutiram questões bilaterais e regionais reconhecendo que há uma gama de interesses comuns com o objetivo de manter a paz, a estabilidade e a prosperidade na região da Ásia-Pacífico (US DEPARTMENT OF STATE, 2011).

No campo securitário, o ponto sensível do Mar do Sul da China continuou com um calo no sapato na relação bilateral em 2011. A visita do então secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates a China, a qual marcou a retomada das relações militares EUA-China, que estavam cortadas desde janeiro de 2010 por conta das vendas de armas dos EUA a Taiwan, com objetivo declarado de retomar questões controversas como política nuclear, defesa antimísseis, segurança cibernética e marítima (USCC 2011), mostrou essa sensibilidade da parte chinesa com críticas recorrentes sobre os recentes exercícios navais conjuntos entre os Estados Unidos, a Austrália e o Japão no Mar da China Meridional (USCC 2011). A resposta americana, no entanto, era de neutralidade, mesmo defendendo a soberania na região:

“Os Estados Unidos não tomam posição sobre qualquer reivindicação feita por qualquer parte sobre qualquer área disputada. O que queremos ver é um processo de resolução que será auxiliado pelo Código de Conduta (COC) que a ASEAN está trabalhando [...] todos nós temos interesse em garantir que estas disputas não fiquem fora de controle e, de fato, tem aumentado o número de ações de intimidação [...] o tipo de coisas que vai aumentar o custo de fazer negócios para todos que viajam pelo Mar da China Meridional, que, como disse anteriormente, representa metade de todo o comércio global.” (US Department Of State, 2011, tradução nossa)

O maior avanço no terceiro ano da administração Obama foi na relação com a Índia, que se fortaleceu significativamente no campo securitário e econômico. Com o

estabelecimento do Diálogo Estratégico EUA-Índia, os EUA anunciaram medidas para remover as entidades indianas da “Lista de Entidades”, que impõem exigências comerciais, do Departamento de Comércio e o realinhamento da Índia nas regulamentações de controle de exportação dos EUA (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011). No campo de segurança houve um fortalecimento da cooperação em contraterrorismo e cibersegurança, incluindo o compartilhamento de inteligência, troca de informações, cooperação operacional, e a assinatura do Memorando de Segurança Cibernética (MOU) o qual permite os governos a capacidade de coordenar com os seus homólogos uma ampla gama de questões cibernéticas técnicas e operacionais. (HOMELAND SECURITY, 2011).

Somado a isso, os lados notaram que o intercâmbio bilateral de defesa aumentou, acumulando mais de 8 bilhões de dólares na última década e destacaram como iriam criar uma maior presença na região do Oceano Índico, através da cooperação marítima, continuando os exercícios navais e mantendo as rotas protegidas da pirataria e do terrorismo para que o comércio fluísse (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2011). A execução do exercício militar Malabar, realizado no mar das Filipinas, que possui disputas no MSC com a China, entre a marinha americana e indiana (UNITED STATES PACIFIC FLEET, 2011) é uma demonstração das alianças estabelecidas no mar da região. Outro avanço para somar com a presença marítima conjunta na Ásia, foi a assinatura do Acordo Bilateral de Segurança da Aviação (BASA), que facilita a aceitação mútua de conclusões regulatórias, aprovações de operações de voo, avaliações de simuladores de voo e certificação ambiental. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011). Dessa forma, o saldo de 2011 com a Índia foi mais do que positivo e abriu um caminho promissor para o futuro.

O reset, em 2011, possuía o mesmo potencial que os avanços americano com a Índia, porém com desafios significativos. O campo econômico foi o mais promissor, com as exportações entre os dois países alcançando um salto de 40%, tendo sido impulsionado por diversos negócios importantes realizados por empresas americanas na Rússia. Para melhorar, após 18 anos de negociações, a Rússia foi convidada a se juntar à Organização Mundial do Comércio (OMC), com apoio americano, marcando um passo importante para a integração econômica russa no mercado global (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012).

Em relação a segurança, houve iniciativas de cooperação estabelecidas: o Acordo de Eliminação de Plutônio de Grau Militar, que comprometeu cada país a eliminar pelo menos 34 toneladas de plutônio para fins militares dos arsenais, e o Acordo de Serviços de Navegação Aérea, que aumentou controle de tráfego aéreo e a cooperação entre as partes e encontros entre os presidentes (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011). No entanto, 2011 marcou o início de dificuldades que viriam a ser enfrentadas pela administração de Obama. Na Cimeira de Lisboa, em 2010, a OTAN junto aos Estados Unidos deu início a negociações para implementação de uma defesa antimísseis no território europeu contra o Irã, que levantou as defesas russas pela ameaça que isso causaria a suas próprias capacidades militares. Em 2011 essa questão voltou quando a Rússia exigiu garantias legais aos Estados Unidos para que os possíveis mísseis não sejam apontados para o território russo, o que foi vetado por Obama (MAZAT; SERRANO, 2012). Houve também uma sensibilidade em relação ao problema da Líbia, no qual a Rússia (e a China) optaram por não bloquear uma resolução do Conselho de Segurança da ONU (UNITED NATIONS, 2011) que levou os EUA, junto com a Grã-Bretanha, França e outros a atacar o país, mas resultou em duras críticas da Rússia afirmando que ficou “completamente claro que as ações empreendidas pela coligação foram muito além dos objetivos propostos” (REUTERS, 2011).

Para encerrar o ano, com as eleições parlamentares russas que resultou a subida de Putin ao poder, Washington notou com preocupação o tom nacionalista e antiamericano que surgiu, e somado a isso, a cobertura internacional viesada da oposição ao resultado das eleições, junto com os protestos que surgiram no país, abriu a volta das tensões entre a Rússia e os Estados Unidos, resultado de vários dirigentes russos e o próprio Putin afirmando que os protestos faziam parte de uma estratégia desestabilizadora dos Estados Unidos contra o atual regime (MAZAT; SERRANO, 2012).

Em 2012 os EUA destacaram no S&ED junto a China a necessidade de uma maior abertura econômica pois o déficit comercial, aumentou mais ainda (USCC, 2012), alcançando 7% (US DEPARTMENT OF STATE, 2012). Essa frustração constante levou ao governo americano a abrir 3 novas disputas na OMC no ano, enquanto a China, mesmo comprometendo-se a abrir mais seu mercado para investimentos estrangeiros, continuou a ser inflexível na adoção de decisões adversas

de resolução de litígios, como também utilizando soluções comerciais nacionais como ferramenta de retaliação no mercado (USCC, 2012).

No setor securitário, a questão marítima permaneceu o principal componente das relações, apesar da execução do primeiro exercício bilateral contra pirataria entre a marinha chinesa e americana, no Golfo de Aden (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2012). A expansão militar da China foi uma preocupação, desde que o orçamento de defesa chinês aumentou 11,2%, marcando o 21º ano consecutivo de crescimento, e a presença marítima na Ásia aumentou (USCC, 2012). A marinha chinesa, pela primeira vez, enviou navios para o Mar Negro, encomendou porta aviões (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012), realizou exercícios conjunto com a Índia e o primeiro exercício naval em conjunto com a Rússia (USCC, 2012).

Junto a esses exercícios, foram feitas patrulhas prontas para o combate perto das Filipinas (USCC, 2012). As tensões escalaram com um acidente entre pescadores filipinos e chineses, no recife de Scarborough, que levou ao governo filipino a questionar Washington se a região se aplica ao Tratado de Defesa Mútua EUA-Filipinas, assinado em 1951. A secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, reafirmou o acordo, mas não foi discutido publicamente como interpretariam o tratado em caso de conflito direto com a China (USCC, 2012), conforme afirma o governo:

“Estamos preocupados com o aumento das tensões no Mar da China Meridional e acompanhamos de perto a situação. Os desenvolvimentos recentes incluem um aumento na retórica de confronto, divergências sobre a exploração de recursos, ações económicas coercivas e os incidentes em torno do recife de Scarborough, incluindo a utilização de barreiras para negar o acesso à região.” (U.S. Department Of State, 2012, tradução nossa.)

Além do tratado com as Filipinas, os EUA também possuem um Acordo de Segurança Mútua EUA-Japão, assinado em 1960. Com a compra do Japão das ilhas de Senkaku/Diaoyu², em 2012, disputadas no MSC, novas tensões surgiram após a China condenar a compra como “ilegal e inválida” e insistiu que a compra não mudaria o “fato histórico de que o Japão roubou Diaoyu e que a China tem soberania territorial sobre elas” (USCC, 2012). Após o anúncio da compra, seis navios da Vigilância Marinha da China entraram nas águas das ilhas, e logo depois mais dez navios da foram posicionados para patrulhar a área em torno das ilhas (USCC, 2012). Os

² Conhecidas como ilhas Senkaku no Japão, ilhas Diaoyu na República Popular da China ou ilhas Tiaoyutai em Taiwan.

Estados Unidos, no entanto, foram explícitos ao afirmar que, como as ilhas são administradas pelos japoneses, estão protegidas pelo acordo de segurança mútua (USCC, 2012).

Nesse contexto, é anunciado um acordo com o Japão, para implantar um radar avançado de defesa antimísseis no país (BBC, 2012), que levanta duras críticas da China. No entanto, em uma visita à China no mesmo período, o Secretário de Defesa dos EUA, Leon Panetta, afirmou que o pivô americano "não foi uma tentativa de conter a China", mas sim "uma tentativa de envolver a China e expandir o seu papel no Pacífico" (USCC, 2012). Dessa forma, a administração Obama garante sua presença na Ásia, porém sem assumir abertamente um posicionamento contra o país:

“Os Estados Unidos pedem a todas as partes para tomarem medidas para reduzir as tensões, em conformidade com o espírito da Declaração da ASEAN sobre o Mar da China Meridional e da Declaração ASEAN-China de 2002 sobre a Conduta das Partes no Mar da China Meridional.” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012, tradução nossa.)

Com a Índia a aproximação proposta por Obama continuou a andar nos trilhos, com o Diálogo Estratégico EUA-Índia, no qual ambos os países deram um passo importante ao concordar a intensificar conversas sobre a região do Oceano Índico (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012) e reafirmaram o desejo de fortalecer a cooperação em defesa por meio do aumento da transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento colaborativos (USCC, 2012). O que comprova isso foi o aumento dos contratos de defesa com empresas americanas que, chegando a 9 bilhões de dólares (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012), e refletindo apoio dos Estados Unidos à contínua modernização militar da Índia.

A Iniciativa de Defesa e Comércio Tecnológico (DTTI), que visa fortalecer a indústria de defesa interna da Índia e expandir a coprodução tecnológica, foi um marco crucial na relação bilateral porque, além de superar obstáculos burocráticos nas transferências de defesa representou uma mudança na relação de um simples comércio para um desenvolvimento conjunto dos países (USCC, 2012). As colaborações militares também seguiram a todo vapor, com o exercício naval “Malabar”, o exercício da Força Aérea “Cope India” e o exercício do Exército “Yudh Abhyas”, por exemplo (USCC, 2012). Esses exercícios, além de fortalecer as capacidades militares, também demonstra uma maior força americana na Ásia junto a seus parceiros estratégicos.

Em relação a Rússia, o ano de 2012 foi caracterizado por uma mistura de cooperação e tensão, porém o interesse do governo ainda permanecia em uma relação melhor com o país:

“Nos últimos três anos, os Estados Unidos e a Rússia conseguiram fazer progressos significativos numa vasta gama de questões [...] concordámos que precisamos de aproveitar estes sucessos, ao mesmo tempo que reconhecemos que existirão áreas de desacordo e que podemos encontrar formas construtivas de gerir quaisquer tensões bilaterais.” (Obama, White House, 2012, tradução nossa)

Como afirmado por Obama antes, a entrada da Rússia na OMC abriu espaço para melhorar o comércio entre os dois países. Por isso, tomou a decisão tentar convencer o Congresso americano para promulgar a legislação que colocaria fim à aplicação da Emenda Jackson-Vanik³ e autorizar o reestabelecimento da condição de Relações Comerciais Normais Permanentes (PNTR) com a Rússia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012). Em relação ao Afeganistão, os resultados para os EUA do acordo de transporte firmado foram bastante positivos e reconhecidos por Obama, com mais de 2.200 voos, 379.000 militares e mais de 45.000 contentores de carga transportados através da Rússia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2012).

No entanto, também começou a iniciar uma relação menos cooperativa, com a eleição de Vladimir Putin à presidência russa em 2012, com a afirmação de Putin que não existe hoje ameaça oriunda do Irã ou da Coreia do Norte e que a defesa antimíssil americana na Europa busca neutralizar o potencial nuclear russo (MAZAT; SERRANO, 2012) as tensões começaram a sobrepôr os avanços. A questão da Síria inflamou mais ainda o cenário quando a Rússia e a China vetaram uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que teria prorrogado o mandato da missão da ONU e teria ameaçado aplicar sanções ao país (UNITED NATIONS, 2012).

O ano finalizou com uma perspectiva negativa para o futuro, com a aprovação da lei Magnitsky, que suspendeu a aplicação de Jackson-Vanik à Rússia, mas autorizou sanções a empresas responsáveis por violações dos direitos humanos (WHITE HOUSE, 2012). Os russos retaliaram quase imediatamente, proibindo a entrada de certas autoridades americanas no país e proibindo a adoção de crianças

³ Disposição de 1974, que nega relações comerciais normais e permanentes com economias que restringem os direitos de emigração.

russas por famílias americanas no começo de 2013 (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN RUSSIA, 2013).

Ao contrário disso, com a China, o ano de 2013 pareceu lançar uma luz novamente as tentativas do governo americano de se estabelecer na Ásia e diminuir o déficit econômico. Com o quinto S&ED (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013), foi firmado o Acordo de Acesso ao Mercado, no qual a China não discriminaria empresas dos EUA tentando obter uma licença ou tratá-las de forma diferente de uma empresa nacional (USCC, 2013). Também houve a abertura de conversar sobre o Tratado Bilateral de Investimento (BIT) e o estabelecimento da Zona Franca de Xangai, que estabeleceu uma zona piloto de livre comércio, que garantiria acesso igualitário a empresas nacionais e estrangeiras servindo também como teste para reformas de mercado (USCC, 2013).

Esse também foi o ano de mudança de liderança na China, com Xi Jinping se tornando presidente. Ele deu início às negociações para a Parceria Económica Regional Abrangente, que prevê a criação do maior grupo mundial de parceiros comerciais, representando cerca de metade do mercado global, como um movimento para contrariar o envolvimento de alto nível dos EUA na Ásia, assim como o TPP, que tem sido interpretado pela RPC como uma estratégia para reduzir a influência económica da China na região (USCC, 2013).

No campo de segurança, a China anunciou que o seu orçamento de defesa aumentou 10,7% (USCC, 2013). Esse aumento também foi investido na relação com os EUA, em uma apelação para “novo tipo de relacionamento entre grandes países” (USCC, 2013), o número de contatos militares EUA-China mais do que duplicou, principalmente entre ambas as marinhas (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2013). Um navio de mísseis americanos, que estava no Japão, visitou a china, a primeira visita portuária desde 2009, houve a primeira visita portuária de um navio chinês aos Estados Unidos desde 2006 e o segundo exercício contra pirataria no Golfo de Aden (USCC, 2013).

No entanto, essas trocas cooperativas também aumentaram com outros país, materializando a expansão de poder da China na Ásia. A marinha chinesa, junto com a marinha da Federação russa, realizaram o “Joint Sea-2013” no Mar do Japão (USCC, 2013), uma clara demonstração de poder para o Japão, mas também para os

EUA. Houve um avanço de soldados do PLA em território indiano, o que sensibilizou ambos os lados às atividades fronteiriças (USCC, 2013).

A relação sino-americana também foi perpetuada com tensões. O Departamento De Defesa dos EUA de 2013, pela primeira vez, acusou diretamente o governo e os militares chineses de espionagem cibernética afirmando que "a China está usando sua capacidade de exploração de rede de computadores para apoiar a coleta de inteligência contra os setores de base industrial diplomática, econômica e de defesa dos EUA", porém a resposta chinesa se manteve passiva:

“Observei um aumento da cobertura midiática da questão da segurança cibernética. Isto pode dar às pessoas a sensação de que a ameaça vem principalmente da China ou que a questão da segurança cibernética é o maior problema na relação China-EUA. relação. A aplicação de novas tecnologias é uma faca de dois gumes. [...] e poderá criar alguns problemas para os reguladores e poderá infringir os direitos dos Estados, das empresas, das sociedades e dos indivíduos.” (Xi Jinping, White House, 2013, tradução nossa)

Seguindo o plano de expansão no MSC, a China também estabeleceu uma Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental (ADIZ), que exige que todo o tráfego aéreo não comercial apresente planos de voo antes de entrar na área, que cobre a maior parte do Mar da China Oriental, incluindo as Ilhas Senkaku/Diaoyu⁴ (USCC, 2013), e também anuncia que poderá tomar medidas militares contra a violação da ADIZ (USCC, 2013). O então Secretário de Defesa dos EUA, Chuck Hagel, reafirma a política de longa data de Washington de que o Tratado de Defesa Mútua EUA-Japão abrange as ilhas disputadas. A resposta física veio com a Coreia do Sul, os Estados Unidos e o Japão enviando aviões militares em patrulhas sobre o Mar da China Oriental (USCC, 2013).

“Os Estados Unidos estão profundamente preocupados com o anúncio da China de que estabeleceram uma “Zona de Identificação de Defesa Aérea no Mar da China Oriental”. Esta ação unilateral constitui uma tentativa de alterar o status quo no Mar da China Oriental [...] Não apoiamos os esforços de qualquer Estado para aplicar os seus procedimentos ADIZ a aeronaves estrangeiras que não pretendam entrar no seu espaço aéreo nacional. Os Estados Unidos não aplicam os seus procedimentos ADIZ a aeronaves estrangeiras que não pretendem entrar no espaço aéreo nacional dos EUA. Pedimos que a China não implemente a sua ameaça de tomar medidas contra aeronaves que não se identifiquem ou que não obedeçam às ordens de Pequim.” (U.S. Department of State, 2013)

⁴ Compradas pelo Japão.

Nesse cenário, mais do que nunca, os Estados Unidos e a Índia partilham interesses de segurança comuns e colocam-se mutuamente ao mesmo nível. Em uma visita do primeiro-ministro indiano aos EUA, os se mostraram positivos com uma expansão da cooperação em segurança nas áreas de terrorismo, cibernética e naval (WHITE HOUSE, 2013). Foi confirmado nesse encontro a participação da Índia no Exercício naval da Orla do Pacífico (RIMPAC), a implementação de um contrato preliminar para desenvolver uma central nuclear em Gujarat, na Índia e o início de um diálogo sobre a o Oceano Índico, junto com Japão (WHITE HOUSE, 2013). Além disso, os exercícios militares em conjunto continuaram sem problemas, um exemplo é a nona edição do Yudh Abhya (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2013).

Com a Rússia, o ano trouxe a surpresa de um consenso sobre a questão da Síria. Quando foi anunciando pelo presidente Obama um ataque ao país⁵, Vladimir Putin propôs o desarmamento químico sírio, supervisionado conjuntamente pelos EUA e pela Rússia:

“Saúdo o progresso alcançado entre os Estados Unidos e a Rússia [...] Após o uso de armas químicas pelo regime de Assad [...] decidi que os Estados Unidos devem tomar medidas para dissuadir o regime sírio de usar armas químicas, degradar a sua capacidade de usá-las e deixar claro ao mundo que não toleraremos seu uso. Em parte, devido à ameaça credível da força militar dos EUA, temos agora a oportunidade de alcançar os nossos objetivos através da diplomacia”. (Barack Obama, White House, 2013, tradução nossa)

No entanto, com os problemas persistentes entre os governos as expectativas de progresso nas relações bilaterais desapareceram:

“Acho que sempre houve alguma tensão na relação EUA-Rússia após a queda da União Soviética. Tem havido cooperação em algumas áreas; houve competição em outros. [...] O que também é verdade é que quando o presidente Putin [...] voltou ao poder, acho que vimos mais retórica do lado russo que era antiamericana [...] E eu' Encorajei Putin a pensar para frente e não para trás nessas questões - com sucesso parcial [...] mas num conjunto de questões em que pensamos poder fazer algum progresso, a Rússia não avançou.” (White House, 2013, tradução nossa)

A questão da defesa antimísseis continuou sendo o principal ponto de tensão, com esforços de negociações por parte dos EUA e negativas da Rússia (WHITE HOUSE, 2013). Mesmo com a retirada de interceptadores do escudo, que teriam sido implantados na Europa, a Rússia seguiu com as exigências “legais ” de que o escudo,

⁵ Devido à utilização de armas químicas perto de Damasco, na Síria.

não se destina e nunca poderia abater mísseis russos. Tais exigências foram recusadas tanto pelos EUA quanto pela OTAN (ATLANTIC COUNCIL, 2013).

Somado a essa questão, a Rússia seguiu com avanços ilegais, através de forças militares sem identificação, no território da Crimeia, na Ucrânia, promovendo discursos de ódio e incitação à violência (WHITE HOUSE, 2013), o que levou a uma condenação do governo americano:

“Nenhuma quantidade de propaganda pode consertar algo que o mundo sabe que é errado.” (White House, 2013, tradução nossa)

3.1 POLÍTICA EXTERNA: SEGUNDO GOVERNO OBAMA (2014-2017)

Com a reeleição do presidente Obama, o pivô americano para Ásia continuou com a mesma abordagem em 2014. No entanto, a China deu passos maiores do que qualquer outro ano anterior no seu processo de expansão. Com nova abordagem diplomática, apresentou ao mundo fortes iniciativas de cooperação econômica e integração na Ásia: “Belt and Road” (BRI), “21st Century Maritime Silk Road” e “Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor” (USCC 2014). Houve também a fundação do Banco de Desenvolvimento com os países do BRICS 6, destinado a financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outros países emergentes e em desenvolvimento” (USCC 2014).

Já em relação aos EUA, mesmo com os acordos realizados, e a realização do S&ED (WHITE HOUSE, 2014), empresas americanas continuaram a enfrentar elevadas barreiras de acesso ao mercado. Isso causou ainda mais casos de disputas abertos na OMC, tendo a administração Obama instaurado mais do que o dobro de processos de aplicação do comércio contra a China do que o governo anterior (OMC, 2014). Apenas um acordo foi realizado nesse ano: o Acordo de Tecnologia da Informação, que foi reiniciado após não ter sido concluído em 2013.

No campo securitário as relações também deterioraram. Acusações sobre questões cibernéticas continuaram dos dois lados, o Departamento de Justiça dos EUA acusou militares chineses por espionagem e a China retaliou fechando canais de conversas bilaterais (USCC 2014). Aumento de ações unilaterais e coercivas do

⁶ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

governo de Xi Jinping no mar da China, incluindo encontros aéreos e marítimos conflituosos entre americanos e chineses, seguiram um padrão em que as autoridades dos EUA expressavam preocupação e as autoridades chinesas respondiam afirmando que Washington deveria ficar fora de "assuntos regionais" (USCC 2014).

Houve duas novidades significativas na movimentação marítima da China: o início de patrulhas de combate no Oceano Índico (USCC 2014), se aproximando agora por vias marítimas da Índia, e o estabelecimento de uma plataforma petrolífera em águas disputadas perto do Vietnã, invadindo uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de outro país sem obter permissão. O Departamento de Estado dos EUA observou que:

"A decisão da China [...] é provocativa e aumenta tensões. Esta ação unilateral parece fazer parte de um padrão mais amplo de comportamento chinês para fazer avançar as suas reivindicações sobre o território disputado de uma forma que mina a paz e a estabilidade na região." (U.S. Department Of State, 2014, tradução nossa)

A resposta americana foi assinar um novo pacto militar de dez anos com as Filipinas, o Acordo Reforçado de Cooperação em Defesa (WHITE HOUSE, 2014), no qual militares dos EUA ganhariam uma maior presença rotativa de tropas no país e teriam maior acesso a bases em todo o arquipélago, incluindo portos e campos de aviação, porém esclarecendo que a intenção não seria contenção da China:

"Hoje, estou satisfeito por estarmos iniciando um novo capítulo importante na relação entre os nossos países, e começa com a nossa segurança – com o novo acordo de cooperação em defesa que foi assinado hoje. Quero ser muito claro: os Estados Unidos não estão a tentar recuperar bases antigas ou construir novas bases." (Barack Obama, WHITE HOUSE, 2014, tradução nossa)

O único sucesso militar efetivo entre os países foi a participação do exército chinês pela primeira vez no exercício naval da Orla do Pacífico (RIMPAC), liderado pelos EUA (USCC, 2014). As crescentes tensões na relação sino-americana, apesar de alguns progressos isolados, revelaram uma mudança na forma como a China vê os Estados Unidos. O governo do Presidente Xi, diferentemente dos anteriores, se mostrou disposto a causar um nível de tensão muito mais elevado nas relações bilaterais.

A abordagem adotada por Obama para equilibrar o tabuleiro asiático foi uma aproximação maior ainda da Índia, que também começou a ter indícios de conflitos

com a China, e junto ao Japão. Em 2014 a busca pelas trocas militares aumentaram e trouxeram resultados bastantes satisfatórios:

“Continuaremos os esforços para ajudar a estabilizar a Ásia Central e Sudoeste e aprofundar o nosso envolvimento na região do Oceano Índico para reforçar o nosso reequilíbrio na Ásia. [...] Os Estados Unidos apoiam a ascensão da Índia como um ator cada vez mais capaz na região, e estamos a aprofundar a nossa parceria estratégica, nomeadamente através da Iniciativa Comercial e Tecnológica de Defesa.” (U.S. Quadriennial Defense Review, 2014, tradução nossa)

Com a realização do exercício Malabar, entre EUA, Índia e Japão, (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2014), e também a participação inaugural da Índia no RIMPAC, os laços militares nunca estiveram tão fortes. Os líderes concordaram a continuar intensificando a cooperação em segurança marítima para garantir a liberdade de navegação e o movimento desimpedido da navegação legal e da atividade comercial, de acordo com os princípios aceites do direito internacional (U.S. EMBASSY E CONSULATES IN INDIA, 2014). Apesar de não haver declaração explícita de nenhum dos lados sobre contenção, esses avanços ocorrem justamente no momento que a marinha chinesa busca controlar maior parte do mar asiático:

"Em todos os oceanos Índico e Pacífico, a 7ª Frota dos EUA e seus aliados, o Japão e a parceira Índia, mantêm uma presença consistente; é absolutamente crítico que treinemos juntos e construamos nossa parceria e compreensão marítima [...] Exercícios como o Malabar continuam a ajudar a manter e reforçar a estabilidade e a segurança na região do Pacífico Asiático e do Oceano Índico." (U.S. Indo-Pacif Command, 2014)

O destaque da política externa americana em 2014, no entanto, foi a Rússia. Não apenas pela sua aproximação de Putin e Xi Jinping, que criaram uma boa relação seguindo o desejo de contrariar a ideologia e a influência americanas, e um novo acordo para a Rússia fornecer o equivalente a 400 bilhões de dólares a China em gás natural (MAHMUD, 2022). A questão em 2014 foi o avanço no território da Ucrânia, anexando a Crimeia à Rússia.

Após o estabelecimento de um novo governo na Ucrânia, preocupado com a influência dos ultranacionalistas ucranianos, o Presidente Putin recebeu poderes do parlamento russo para enviar forças militares russas para a Ucrânia, assegurando o controlo da península da Crimeia, criando a crise mais grave nas relações da Rússia com os Estados Unidos e a União Europeia desde o fim da Guerra Fria:

“os Estados Unidos apoiarão a comunidade internacional ao afirmar que haverá custos para qualquer intervenção militar na Ucrânia. [...] E como disse ontem ao Presidente Putin, o referendo na Crimeia foi uma clara violação das constituições ucranianas e do direito internacional, e não será reconhecido pela comunidade internacional.” (Barack Obama White House, 2014, tradução nossa)

Com a recusa Russa de recuar, diversas sanções foram aplicadas, pois afinal a crise não se refere apenas a Ucrânia, mas também com a credibilidade dos EUA em todo o mundo. Uma resposta americana fraca poderia semear incerteza no Japão, Índia, Filipinas e demais aliados, prejudicando o “pivô dos EUA para a Ásia”. Junto à União Europeia diversas sanções foram aplicadas, que só seriam retiradas em caso de retirada das forças da Crimeia e o envolvimento internacional no estabelecimento do novo governo ucraniano (WHITE HOUSE, 2014).

A Ordem Executiva 13660, sancionou indivíduos e entidades responsáveis pela violação da soberania e integridade territorial da Ucrânia, a Ordem Executiva 13661, bloqueou todas as propriedades e interesses russo nos EUA e a Ordem Executiva 13685 designou uma série de entidades russas e ucranianas, incluindo empresas de defesa e indivíduos do círculo íntimo de Putin, e limitou financiamentos a seis dos maiores bancos da Rússia e a quatro empresas de energia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2014). Além disso, o governo americano forneceu cerca de 291 bilhões dólares em assistência à Ucrânia assim como equipamentos e forças de segurança (WHITE HOUSE, 2014).

“E se a Rússia continuar a interferir na Ucrânia, estamos prontos para impor novas sanções. [...] Continuaremos a deixar claro à Rússia que novas provocações não conseguirão nada, exceto isolar ainda mais a Rússia e diminuir o seu lugar no mundo.” (Barack Obama White House, 2014, tradução nossa)

A Rússia não recuou em relação a Ucrânia, o que criou uma situação extremamente delicada, não só em relação ao governo americano, mas a todos os países na Ásia. A OTAN, condenou a anexação considerando “ilegal e ilegítimo”, pois violou o direito internacional, e suspendeu toda cooperação prática civil e militar com a Rússia (OTAN, 2014). O ano de 2014 acabou de vez com todo o avanço do governo Obama com a Rússia, a Comissão Presidencial Bilateral foi suspensa, o envolvimento econômico foi suspenso e a participação russa no G8 foi encerrada (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2014).

A política externa de Obama em 2015, de acordo com o NSS de 2015, seria focar na administração das tensões existentes buscando evitar conflitos diretos. Prova disso é que a China e Rússia não são estabelecidos como adversários, mesmo com todos os pontos de discordância:

“Vamos deter a agressão russa [...] Ao mesmo tempo, manteremos a porta aberta a uma maior colaboração com a Rússia em áreas de interesses comuns [...] Procuramos desenvolver uma relação construtiva com a China que proporcione benefícios a ambos os nossos povos e promova a segurança e a prosperidade [...] Apoiamos o papel da Índia como fornecedor de segurança regional e a sua participação alargada em instituições regionais críticas. Vemos uma convergência estratégica com a sua política e a nossa implementação contínua de reequilíbrio na Ásia e no Pacífico.” (National Security Strategy, 2015, tradução nossa)

Com a China ocorreu o S&ED, mas sem avanços, apenas impasses ao abordar questões estratégicas e econômicas fundamentais, como as atividades da China no Mar do Sul da China, cibersegurança, cooperação anticorrupção e barreiras ao investimento (USCC, 2015). A expansão diplomática da China na Ásia continuou com o lançamento do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), recebendo apoio de 50 países, incluindo muitos aliados dos EUA. Apesar das divergências, Índia e Rússia se estabeleceram como segundo e terceiro maiores acionistas, agregando uma vitória diplomática para a China (USCC, 2015).

O orçamento de segurança chinês seguiu a tendência de aumento e as relações com a Rússia, mesmo com as tensões por conta da Ucrânia, continuaram firmes, com o exercício “Joint Sea 2015” no Mar Mediterrâneo e no Mar do Japão (USCC, 2015). Além disso, a China ultrapassou a Alemanha, se tornando o terceiro maior exportador de armas do mundo em 2015, de acordo com um estudo do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI, 2015). O avanço chinês no MSC continuou como ponto sensível. O então Secretário de Defesa dos EUA, Ashton Carter, solicitou ao Pentágono e a Casa Branca para tomar medidas concretas e enviar um sinal claro a Pequim de que a construção das Ilhas Spratly⁷ foi longe demais e precisava parar (USCC, 2015).

Em outubro, após deliberação pela administração Obama, um destróier de mísseis guiados da Marinha dos EUA conduziu uma patrulha de liberdade de

⁷ Arquipélago desabitado no Mar do Sul da China. O Departamento de Defesa dos EUA, em agosto de 2015 afirma que a China recuperou quase três mil acres em ilhas conhecidas como Spratly para aumentar seu território no Mar da China.

navegação dentro de 12 milhas náuticas de uma ilha artificial criada pela China, sinalizando que os Estados Unidos não reconhecem o território estabelecido (USCC, 2015). O embaixador da China nos Estados Unidos tratou a atitude como “provocação séria, política e militarmente”. Apesar disso, as trocas militares não foram completamente extintas. Houve o exercício conjunto no mar da China meridional, e exercício trilateral “Kowari” com a China e a Austrália (USCC, 2015).

Com a Índia, cada vez mais o governo Obama aproveitou a crescente preocupação pela presença naval chinesa no Oceano Índico para fortalecer laços:

“O aprofundamento dos laços com a Índia tornou-se importante no quadro do “[r]equilíbrio para a Ásia e o Pacífico”, no qual os EUA também querem fortalecer alianças com o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e as Filipinas e continuar a fortalecer as instituições regionais contra uma responsabilidade de segurança não articulada: China” (National Security Strategy, 2015, tradução nossa)

É uma estratégia que não falhou no seu tempo de governo desde 2009, pois as relações com a Índia escalaram de forma progressiva. Em 2015, os EUA e a Índia traçaram um caminho para uma cooperação reforçada durante a visita do Presidente Barack Obama ao país, criando um canal de diálogo de cibersegurança, um Diálogo Estratégico e Comercial EUA-Índia (S&CD) e emitindo uma “Visão Estratégica Conjunta para a Região da Ásia-Pacífico e do Oceano Índico”, enfatizando a cooperação em segurança (USCC, 2015), desenvolver mais exercícios militares conjuntos, construir uma estrutura de segurança para reduzir ameaças regionais e trabalhar por um comércio livre e justo para beneficiar ambos os lados (WHITE HOUSE, 2015).

“A prosperidade regional depende da segurança. Afirmamos a importância de salvaguardar a segurança marítima e de garantir a liberdade de navegação e de voo em toda a região, especialmente no Mar da China Meridional. [...] Iremos opor-nos ao terrorismo, à pirataria e à proliferação de armas de destruição maciça dentro ou a partir da região.” (White House, 2015, tradução nossa)

A Índia continuou envolvida em exercícios militares conjuntos com os EUA mais do que qualquer outro país, fortalecendo as capacidades militares conjuntas como nunca antes (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015). Os exercícios Malabar, com participação do Japão novamente, o Yudh Abhyas, Vajra Prahar e RIMPAC foram todos realizados (PACOM, 2015), além do estabelecimento de um novo: o Red Flag,

para aumentar a prontidão e eficácia de combate militar (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

Para a Rússia, uma política de continuidade foi aplicada, ou seja, continuidade de sanções e tensões relacionado a Ucrânia. Foi adicionada a Ordem Executiva 13.694, que impôs sanções a indivíduos e entidades determinadas como responsáveis ou cúmplices de atividades maliciosas viabilizadas cibernéticas (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015). Além disso, com a escalação da interferência russa na Ucrânia, os EUA aumentou a sua presença militar nos países da OTAN que partilham fronteiras com a Rússia, com a operação Atlantic Resolve, constituída por vários exercícios militares no Mar Negro e com países como Lituânia, Romênia, Bulgária, Hungria, Estônia, determinada a permanecer em vigor enquanto fosse necessário para dissuadir a Rússia (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015).

“O que a Rússia está fazendo agora não é particularmente diferente do que vinha fazendo no passado (com a Síria) - eles estão apenas mais abertos sobre isso [...]” (White House, 2015, tradução nossa)

O último ano de governo da administração foi bastante tumultuado. As tensões entre os Estados Unidos e a China aumentaram em relação ao comércio, se materializando no âmbito de disputas na OMC com os EUA exigindo os relatórios de subsídios chineses, assim como novos processos abertos. A China também trouxe contra os EUA disputas sobre subsídios agrícolas, restrições à exportação de matérias-primas e tributação de aeronaves (USCC 2016). Mesmo com a realização do S&ED, novamente, nenhum resultado significativo no âmbito econômico foi alcançado.

Já na questão securitária, o S&ED resultou na condenação conjunta dos testes de mísseis nucleares e balísticos da Coreia do Norte em 2016 e apoio às resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU; apoio à resolução do conflito sírio através de meios políticos; apoio aos esforços de reforma e contraterrorismo do governo iraquiano e a suspensão das sanções ao Irã, por exemplo (USCC 2016). O RIMPAC 2016, mesmo contra a vontade do Congresso americano, também contou com a participação da China (USCC 2016).

Apesar desses pontos de convergência, a China demonstrou uma grande ressalva com a presença militar dos EUA na Ásia-Pacífico, reforçada por mais de uma

década de manobras agressivas por forças militares chinesas e americanas. A situação piorou em 2016 por alguns fatores, demonstrando como a relação dos dois países é algo sensível que a qualquer momento pode inflamar em uma situação pior. De acordo com o presidente chinês, Xi Jinping, “Algumas diferenças podem ser resolvidas através de trabalho árduo mas algumas diferenças não podem ser resolvidas no momento” (USCC 2016).

Nesse ano surgiu um acordo de implantação de um sistema de defesa antimísseis, o Terminal de Defesa de Área de Alta Altitude (THAAD) dos EUA, na Coreia do Sul. Embora as autoridades dos EUA tenham insistido que o sistema se destinaria exclusivamente à defesa contra ameaças de mísseis da Coreia do Norte e não afetará a dissuasão nuclear da China, houve uma oposição irreductível à implantação, argumentando que esta excede as necessidades de defesa dos EUA e da Coreia e prejudicará os interesses estratégicos da China (USCC 2016). Nesse meio termo as acusações de espionagem cibernética apenas cresceram em ambos os lados e, com o anúncio da retomada de venda de armas para Taiwan, a boa relação sino-americana deteriorou de vez, com a China ameaçando, pela primeira vez, infringir sanções aos Estados Unidos (USCC 2016).

Seguindo a tendencia dos anos anteriores, o MSC foi um ponto de conflito. A China implantou mísseis terra-ar na Ilha Woody, levando as autoridades americanas e regionais alertar que isso poderia sinalizar uma “militarização” das disputas marítimas, enquanto a China argumentou que a instalação de mísseis se enquadra nos seus direitos de defesa no que considera território soberano (USCC 2016). A resposta do governo americano foi na forma de navegação e sobrevoos na região (USCC 2016). Dessa forma, nota-se que ao longo do governo Obama, houve uma continuidade, mesmo com momentos ora mais tensos, ora mais colaborativos, a relações sino-americana foi continua.

Algo que não passou despercebido na percepção chinesa foi a aproximação acentuada dos EUA com a Índia, e considera esses laços como parte de um esforço liderado pelos EUA para conter/cercar a China. Como resultado, ambos os países suspeitam profundamente um do outro (USCC 2016), ainda mais pelo fato de que a Índia e a China são economicamente interdependentes. Dessa forma, enquanto a Índia trabalha ativamente com a China no domínio económico, também se prepara para o pior cenário de segurança.

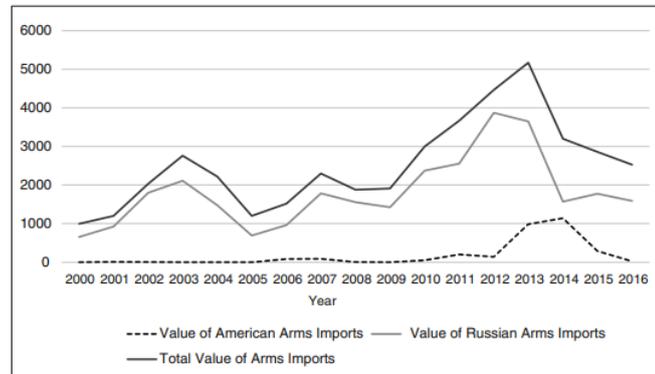
Para os Estados Unidos, essa situação sino-indiana é o cenário perfeito para aproveitar uma das maiores economias asiáticas como parceiro e preservar a hegemonia americana. Por isso, em 2016 os Estados Unidos elevam a Índia ao status de Principal Parceiro de Defesa (MDP), um estatuto que nenhum outro país detém (WHITE HOUSE, 2016). Esse status significa que há a possibilidade de desfrute de benefícios, como o acesso à tecnologia de defesa, por exemplo (WHITE HOUSE, 2016).

Também foi assinado o Memorando de Acordo de Intercâmbio Logístico (LEMOA) que permite, mas não obriga, os militares dos dois países a usarem as instalações mutuamente para apoio logístico militar:

“finalização do texto do Memorando de Acordo de Intercâmbio Logístico (LEMOA) [...] Observando que a relação de defesa EUA-Índia pode ser uma âncora de estabilidade, e dada a cooperação cada vez mais fortalecida na defesa, o Os Estados Unidos reconhecem a Índia como um importante parceiro de defesa” (Whithe House, 2016, tradução nossa)

Ao colaborar com os Estados Unidos no domínio da segurança, a Índia foi capaz de obter acesso à tecnologia de ponta e melhorar as suas táticas em exercícios militares, como Malabar e RIMPAC. O Presidente Obama também apoiou a Índia nos esforços para obter adesão ao Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG), ao Grupo Australiano, ao Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis e aos Acordos de Wassenaar, todos eles fundamentais (WHITHE HOUSE, 2016).

Embora os Estados Unidos não sejam a maior fonte de equipamento militar estrangeiro da Índia, como demonstra o gráfico 1, durante a administração Obama as exportações de armas americanas para a Índia aumentaram dramaticamente. Sinalizando não só uma evolução em questão de acordos, mas também de capacidades materiais.

Gráfico 1 - Importações de armas indianas.

Fonte: SIPRI, 2016.

Ao contrário da continuidade com a China, e a evolução que houve com a Índia, com a Rússia houve uma decadência das relações. Desde 2014, os Estados Unidos, os parceiros europeus e o G-7 impuseram sanções à Rússia pela ocupação da Crimeia. Essas sanções setoriais reduziram a capacidade da Rússia de aceder ao financiamento nos setores financeiro, energético e de defesa, bem como limitaram o seu acesso a certas tecnologias. Em 2016 não foi diferente, e a Ordem Executiva 13.757 impôs sanções às pessoas que o Secretário do Tesouro americano determinasse ser responsável ou cúmplice de atividades que levam a tais danos (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2016).

A questão da Síria, piorou novamente, pois o cessar fogo, de acordo com o governo americano, não foi seguido pela Rússia. Assim, todos os canais bilaterais estabelecidos foram suspensos, pela alegação que o governo russo e sírio optaram por seguir um rumo militar, inconsistente com a cessação das hostilidades (WHITE HOUSE, 2016).

Para agravar ainda mais, acusações sobre assédio do governo russo à funcionários dos EUA e operações cibernéticas destinadas às eleições (WHITE HOUSE, 2016) surgiram e encerrou o governo Obama em relação a Rússia, pior do que começou.

“A Rússia tomou medidas destinadas a interferir no processo eleitoral dos EUA. Estas atividades de roubo e divulgação de dados só poderiam ter sido dirigidas pelos mais altos níveis do governo russo. [...] Além de responsabilizar a Rússia pelo que fez, os Estados Unidos e os amigos e aliados em todo o mundo devem trabalhar em conjunto para se oporem aos esforços da Rússia para minar as normas internacionais de comportamento estabelecidas e interferir na governação democrática.” (Barack Obama, White House, 2016, tradução nossa)

4 POLÍTICA EXTERNA: GOVERNO TRUMP (2017-2020)

O presidente Donald Trump, do partido republicano, assume o governo americano em 2017, com uma agenda que possui objetivos claros: luta por relações econômicas justas, abertura de mercados, proteção do interesse americano junto aos aliados e parcerias recíprocas. Conforme o NSS de 2017:

“A América deixará de tolerar abusos comerciais crônicos e prosseguirá relações econômicas livres [...] A América utilizará o seu domínio energético para garantir que os mercados internacionais permaneçam abertos [...] Os aliados e parceiros da América ampliam o nosso poder e protegem os nossos interesses comuns. Esperamos que assumam maior responsabilidade na resposta às ameaças comuns. Garantiremos que o equilíbrio de poder permaneça a favor da América nas principais regiões do mundo: o Indo-Pacífico, a Europa e o Médio Oriente” (The National Security Strategy of the United States, 2017, tradução nossa)

Trump evoca um sentimento de poder americano para promover uma reforma na política externa, ao condenar acordos comerciais desastrosos e anos de submissão à políticas que gerou lucros, mas não para os Estados Unidos, o qual saiu no prejuízo por conta do posicionamento no cenário internacional. Dessa forma, a primeira decisão é a retirada dos EUA da Parceria Transpacífico:

“[...] os Estados Unidos não pretendem se tornar parte do Acordo de Parceria Transpacífico [...] os Estados Unidos continuam empenhados em tomar medidas destinadas a promover mercados mais eficientes e níveis mais elevados de crescimento econômico [...]” (Office of the U.S. Trade Representative, 2017, tradução nossa)

As ações mais combativas também são reproduzidas em relação a política para Ásia-Pacífico, colocando a Rússia e China como adversários que buscam diminuir os Estados Unidos e, por isso, devem ser combatidos, como divulgado no NSS 2017:

“A China e a Rússia desafiam o poder, a influência e os interesses americanos, tentando minar a segurança e a prosperidade americanas. Estão determinados a tornar as economias menos livres e menos justas, a aumentar as suas forças armadas e a controlar a informação e os dados para reprimir as suas sociedades e expandir a sua influência [...] Estas competições exigem que os Estados Unidos repensem as políticas das últimas duas décadas – políticas baseadas no pressuposto de que o envolvimento com os rivais e a sua inclusão nas instituições internacionais e no comércio global os transformariam em atores benignos e parceiros de confiança. Na maior parte, esta premissa revelou-se falsa” (The National Security Strategy of the United States, 2017, tradução nossa)

Em relação a China, em 2017, a administração Trump expressa como deseja manter a cooperação com a China, porém apenas com mudanças drásticas nas

políticas econômicas e securitárias, pois não é possível seguir a influência chinesa sobre as operações e as ameaças militares implícitas para persuadir outros Estados a respeitarem a sua agenda política e de segurança (NSS, 2017). Além disso assume explicitamente o desejo de “trabalhar com parceiros para contestar” a China e “restringir a sua aquisição de tecnologias sensíveis”, especialmente na Ásia (NSS, 2017).

A questão da troca econômica desbalanceada sino-americana é o primeiro ponto tocado entre Trump e Xi Jinping em um primeiro encontro no ano (USCC, 2017). Dessa forma, apesar da virada linguística promovida pelo novo presidente, são abertos diálogos para moldar o futuro da relação sino-americana. Com o Plano de 100 Dias, para abordar questões comerciais e de investimento entre as partes, resultou um novo acordo com a China para promover o acesso ao mercado numa série de setores (USCC, 2017). O S&ED foi extinto, e substituído pelo Diálogo Econômico Abrangente, porém sem resultados, ou declarações sobre a reunião (USCC, 2017).

A tendência de tensões na OMC continuaram semelhantes, porém, seguindo o plano de não esperar por uma mudança da política econômica da parte da China, o USTR abre uma investigação sobre as políticas industriais chinesas para determinar se “as práticas do governo da China relacionados à transferência de tecnologia, propriedade intelectual e inovação são irracionais ou discriminatórios e oneram ou restringem Comércio dos EUA” (USTR, 2017). A atitude imediatamente gerou uma resposta do Ministério do Comércio da China afirmando que:

“A China expressa forte insatisfação com a ação protecionista unilateral dos Estados Unidos. Pedimos do lado dos EUA para respeitar os fatos [...] Se o USTR considerar que os atos, políticas e práticas do governo chinês são “não razoáveis ou discriminatórios”, o USTR tem autoridade estatutária para suspender concessões de acordos comerciais existentes [...] (USTR, 2017, tradução nossa).

No campo de segurança, ocorreu o Diálogo Diplomático e de Segurança EUA-China, no qual do lado americano, foram levantados pontos como a desnuclearização da Coreia do Norte e as ações no MSC (USCC, 2017). Do lado chinês sublinharam a necessidade de os EUA respeitarem os sistemas políticos, a oposição chinesa ao THAAD e a soberania e a integridade territorial da China (USCC, 2017).

Apesar do diálogo razoavelmente amigável entre os governos, a realidade não condisse a teoria. O governo Xi e a administração Trump logo se desentenderam.

Taiwan continuou um tema de discordância, em junho os Estados Unidos anunciaram uma venda de armas a Taiwan no valor de 1,4 bilhões de dólares e o governo chinês exigiu a suspensão da venda, o que não ocorreu (USCC, 2017).

A península da Coreia virou uma região extremamente sensível. Em Março de 2017, os Estados Unidos iniciaram a entrega dos primeiros componentes importantes do THAAD. Pequim opôs-se veementemente à implantação e aplicou pressão econômica a entidades sul-coreanas, levando o governo coreano a recuar (USCC, 2017). No entanto, em Julho, a Coreia do Norte lança um teste ICBM. A China e Rússia divulgaram uma proposta conjunta na qual “a Coreia do Norte suspenderia as atividades de mísseis nucleares e os Estados Unidos e a Coreia do Sul suspenderiam grandes-exercícios militares conjuntos”, o que também foi negado (USCC, 2017). Logo depois forças militares coreanas e americanas conduziram um exercício conjunto de defesa contra mísseis balísticos e também impuseram sanções secundárias a vários atores chineses por causa de suas relações com a Coreia do Norte (USCC, 2017).

A relação da China com outros países variou, com a Índia surgiram disputas fronteiriças, com a Rússia a cooperação em defesa continuou em ascensão, e a BRI continuou a se expandir (USCC, 2017). À medida que a China acessa países que permitem acesso a territórios estratégicos, no mar e em terra, se torna cada vez mais importante para a saúde econômica de outros países, e conseqüentemente aumenta a capacidade de utilizar essa dependência para objetivos próprios e minando a presença americana na Ásia (USCC, 2017).

No tocante ao MSC o governo chinês rejeitou a decisão arbitral internacional a favor das Filipinas e reforçou ainda mais seu controle efetivo das ilhas artificiais, continuando a militarização e pressionando outros a aceitarem o seu domínio. No entanto com o Japão e Filipinas, os tratados de defesa mútua continuaram intactos com o governo americano (USCC, 2017). A resposta do governo americano foi a realização de Operações de Liberdade de Navegação dos EUA (FONOPs), as quais sinalizam sua oposição às reivindicações territoriais marítimas excessivas, e ocorreram três vezes no MSC em 2017 (USCC, 2017). Uma das FONOPs, por exemplo, foi realizada perto do recife Mischief⁸. No início de junho de 2017, os

⁸ Reivindicada pelas Filipinas e pela China

ministros da defesa da Austrália e do Japão apelaram a mais FONOPs dos EUA e manifestaram a aprovação das medidas tomadas pelos Estados Unidos para demonstrar a sua determinação em defender o direito internacional. (USCC, 2017). Assim, nota-se que o governo de Trump, referente a China começou com um perfil de confronto, porém cauteloso com ações bem calculadas.

Com a Índia, a abordagem escolhida por Trump foi extremamente destoante do que foi direcionado à China e Rússia:

“Saudamos a emergência da Índia como uma potência global líder e um parceiro estratégico e de defesa mais forte. Procuraremos aumentar a cooperação quadrilateral com o Japão, a Austrália e a Índia [...] Expandiremos a nossa cooperação em defesa e segurança com a Índia [...] e apoiaremos as relações crescentes da Índia em toda a região [...] e apoiaremos o seu papel de liderança na segurança do Oceano Índico.” (The National Security Strategy of the United States, 2017, tradução nossa)

Com o encontro de Trump com o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, o exercício Malabar foi extremamente destacado como imprescindível, pois garante segurança na região Indo-Pacífico e representa um grande símbolo de amizade entre Índia, Estados Unidos e Japão (PACOM, 2017). Os Estados Unidos e a Índia também participaram do exercício das Forças Especiais VAJRA PRAHAR, do exercício da força aérea RED FLAG e do exercício do exército YUDH ABHYAS (WHITE HOUSE, 2017).

Além de exercícios conjuntos foram aberto dois diálogos novo: Diálogo De Contraterrorismo EUA-Índia e Diálogo Comercial EUA-Índia, o qual abriu a possibilidade de redução de barreiras tarifárias e não tarifárias e comprometendo-se com a utilização de padrões internacionais (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2017). Dessa forma, o governo de Trump, referente a Índia começou com uma demonstração de uma frente coesa e unida.

Em relação a Rússia, na primeira reunião do Presidente Trump com Putin, em Julho de 2017, os líderes chegaram a um acordo para desescalar parte do conflito da Síria, em uma “primeira indicação de que os EUA e a Rússia são capazes de trabalhar juntos na Síria” (CRS, 2017). Além disso, no âmbito da ONU, a Rússia se juntou aos Estados Unidos, à China e outros para impor novas sanções à Coreia do Norte (UNITED NATIONS, 2017).

Apesar desses esforços, a situação não melhorou muito. Houve uma redução drástica da presença diplomática americana na Rússia, por exigência do governo (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN RUSSIA, 2017), houve 3 acidentes militares separados e no início de 2017, e o Ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, afirmou que a Rússia tinha testado armas na Síria (CRS, 2017). Outro ponto foi o posicionamento do governo americano no geral, que posicionou a Rússia como inimigo Iguinaldo a Coreia do Norte e Irã no NSS 2017:

“A Rússia pretende enfraquecer a influência dos EUA no mundo e separar-nos dos nossos aliados e parceiros [...] Com as suas invasões da Geórgia e da Ucrânia, a Rússia demonstrou a sua vontade de violar a soberania dos Estados da região. A Rússia continua a intimidar os seus vizinhos com comportamentos ameaçadores, tais como postura nuclear e a implantação avançada de capacidades ofensivas [...] Os Estados Unidos e a Europa trabalharão juntos para combater a subversão e a agressão russas e as ameaças representadas pela Coreia do Norte e pelo Irã.” (The National Security Strategy of the United States, 2017, tradução nossa)

Para somar, o Congresso aprovou uma legislação destinada a punir a Rússia por hackear as eleições: A Lei de Combate aos Adversários da América através de Sanções de 2017 (CAATSA), a qual codificou em lei as sanções impostas por administrações anteriores para que Trump não pudesse revogá-las sem o consentimento do Congresso (U.S. DEPARTMENT OF TREASURY, 2017). Junto dessa lei, no final do ano, foram impostos controles de exportação contra duas empresas russas que estavam ajudando a Rússia a desenvolver mísseis que violam o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) (WHITE HOUSE, 2018). Dessa forma, o governo de Trump, referente a Rússia começou uma pequena melhor, porém um retrocesso no final.

2018 foi um ano emblemático para a relação da China com os Estados Unidos, pois, pela primeira vez, as questões econômicas levantam tantos conflitos quanto a situação no MSC ao longo dos anos. Pequim manteve a discriminação de empresas estrangeiras que operam na China e a empregar práticas comerciais anticoncorrenciais, como exemplo, roubo, transferências forçadas de propriedade intelectual (PI) e subsídios que violam as regras da OMC (USCC, 2018). Em resposta, o governo americano, seguindo o NSS de 2017, adotou uma postura mais agressiva.

Três investigações foram abertas pelo governo americano: Seção 201 sobre um aumento nas importações de máquinas de lavar e painéis solares, (2) Seção 232 sobre os riscos à segurança nacional representados pelas importações de aço e

alumínio, e (3) Seção 301, do USTR, sobre atos, políticas e práticas do governo da relacionados à transferência de tecnologia, propriedade intelectual e inovação são irracionais ou discriminatórios e oneram ou restringem o comércio dos EUA (USCC, 2018).

Essas investigações resultaram em um Memorando Presidencial instruindo o USTR uma série de produtos sujeitos a tarifas adicionais entre os países (USTR, 2018) em resposta a conclusão das investigações:

“À medida que a economia global aumentou [...] o roubo cibernético tornou-se um dos métodos preferidos da China para recolher informações comerciais devido às suas vantagens logísticas e à sua negação plausível.” (USTR, 2018, tradução nossa)

Apesar de várias reuniões bilaterais entre os Estados nos meses subsequentes, ambos os países impuseram ou ameaçaram tarifas retaliatórias. Os Estados Unidos implementaram uma tarifa de 25% sobre 1.097 linhas de produtos importados da China, com ameaças de tarifas adicionais sobre produtos no valor de 267 bilhões de dólares em caso de retaliação (USCC, 2018). Nos meses subsequentes houve uma troca de tarifas constantes em uma guerra comercial:

Figura 5 – Tarifas aplicadas pelos Estados Unidos em 2018

Mês	Ação
Janeiro	Tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar impostas pelos EUA
Março	Tarifas sobre aço e alumínio impostas pelos EUA
Abril	USTR divulga lista de tarifas de \$50 bilhões sobre produtos tecnológicos; China promete retaliar com tarifas de \$50 bilhões sobre alimentos e produtos de aviação
Abril	China impõe tarifas de \$3 bilhões
Junho	USTR recebe instruções para identificar \$200 bilhões em tarifas adicionais
Julho	EUA e China ambos impõem tarifas de \$34 bilhões sobre produtos
Agosto	EUA e China, ambos, impõem tarifas de \$16 bilhões sobre produtos
Setembro	EUA impõem tarifas de \$200 bilhões em produtos chineses China implementa tarifas de \$60 bilhões em produtos dos EUA

Fonte: U.S.-China Economic and Security Review Commission (USCC, 2018). Elaboração própria

Além da guerra tarifária, é importante destacar o papel da BRI, mecanismo que a China utiliza para desafiar os interesses dos EUA, seus aliados e a ordem internacional baseada em regras baseadas em mercados abertos (USCC, 2018). Além

dos benefícios diplomáticos, a BRI é uma porta para a tecnologia chinesa ingressar em diferentes mercados, como setores de ferrovias de alta velocidade, energia e telecomunicações (USCC, 2018), desafiando a capacidade das empresas norte-americanas e estrangeiras de competir na Ásia.

A Índia em particular não permite projetos da BRI, e, por isso, enfrenta intensa pressão estratégica, tanto em terra como no mar, especialmente no Oceano Índico (USCC, 2018). Uma parte do aprofundamento dos laços com os EUA e Japão vem dessa situação, levando a uma maior tendência de envolvimento no contexto do agrupamento quadrilátero ou de democracias marítimas asiáticas composto pela Austrália, Japão e Estados Unidos.

No quesito segurança, durante o Diálogo Diplomático e de Segurança EUA-China, os dois lados se comprometeram a apoiar a paz e a estabilidade nos mares, a resolução pacífica de litígios e a liberdade de navegação e sobrevoo (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2018) e há a apelação para retirar do sistema de mísseis nas Ilhas Spratly. A expectativa de avanços, no entanto, foi frustrada.

Com críticas ao NSS de 2017, o governo chinês afirma como o documento possui “afirmações irreais de jogos e confrontos de ‘soma zero’” e argumentou, em vez disso, que os Estados Unidos eram o “manipulador nos bastidores para militarizar a região da Ásia” (USCC, 2018). Com a visita do Secretário da Defesa, Mattis, à China, o Presidente Xi emitiu fortes avisos sobre o compromisso inabalável da China em defender as suas reivindicações territoriais (USCC, 2018).

A partir disso, visitas portuárias sino-americanas diminuíram, porém, encontros entre as forças militares no MSC perto das Ilhas que a China afirma como suas cresceram (USCC, 2018). Mas a presença chinesa geral continuou a crescer, com vendas militares principalmente para Paquistão, Bangladesh e Birmânia, além para alguns países proibidos de comprar dos EUA (USCC, 2018). A relação bilateral com a Rússia também avançou, com a promoção de mais exercícios militares, transferências de sistemas de armas avançados e uma hostilidade compartilhada em relação aos Estados Unidos e o desejo de fazer sua presença na Ásia (USCC, 2018).

Em 2018, os EUA retiraram o convite da China para o RIMPAC como resultado da recusa chinesa de parar de militarizar as Ilhas Spratly (USCC, 2018). As tensões de operações perto do Japão também aumentaram, afetando também os EUA de

tabela. No final do ano o Departamento de Defesa americano emitiu o primeiro apelo público para que a China removesse os sistemas de mísseis que tinha implantado nas ilhas artificiais que tinha construído no MSC, porém sem sucesso (USCC, 2018).

Para a Índia, em 2018, a administração Trump manteve, as políticas do seu antecessor. Os dois países realizaram mais exercícios bilaterais entre si do que com qualquer outro país, os principais exemplos são o Malabar, que ocorreu em junho pela primeira vez no mar das Filipinas (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2018), um sinalizador pra China, Cope-Índia (Força Aérea), Yudh Abhyas (Exército) e Vajra Prahar (Forças Especiais). A Índia também participa de exercícios anuais RIMPAC, bem como de exercícios Red Flag, que são exercícios multinacionais liderados pelos EUA.

Devido aos resultados excelentes, já no primeiro Diálogo Ministerial 2+2 EUA-Índia foi acordado de adicionar um novo exercício bilateral entre as 3 forças militares, inclusão da Índia entre os principais países com direito a exportações, reexportações e transferências livres de licença e a assinatura de um Acordo de Compatibilidade e Segurança de Comunicações (COMCASA) (CRS, 2018), o qual dá à Índia acesso à tecnologia de comunicação avançada usada em equipamentos de defesa americana e permite o compartilhamento de informações em tempo real entre as forças armadas dos dois países (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2018).

Nesse ano também ocorreu a Primeira Cimeira Trilateral, com o Primeiro-Ministro da Índia, o Presidente Donald J. Trump e o Primeiro-Ministro do Japão, marcando a primeira reunião trilateral de líderes dos três países. Os três líderes trocaram opiniões sobre o Indo-Pacífico e concordaram em permanecer empenhadas e reforçar a cooperação no apoio a uma região Indo-Pacífico livre, aberta, próspera, pacífica e inclusiva através de parceria com os países da região.

“As relações entre os nossos três países são extremamente – extremamente boas, extremamente fortes. Acho que, com a Índia, talvez mais forte do que nunca. E com o Japão, penso eu, mais forte do que nunca. Estamos indo muito bem juntos. Estamos fazendo muito comércio juntos. Estamos fazendo muita defesa juntos, muitas compras militares.” (Donald Trump, U.S. Embassy and Consulates In India, 2018)

Com a Rússia, 2018 marcou uma tentativa da parte de Trump de recuperar a relação perdida com a Rússia a partir de 2014. O começo do ano não foi promissor, com a implementação de novas sanções contra funcionários governamentais e

entidades russas pelo seu papel na promoção das atividades malignas da Rússia agentes de inteligência russos dos Estados Unidos foram expulsos do país e o consulado russo em Seattle fechou (WHITE HOUSE, 2018).

Também foram reimpostas as sanções contra o Irã e determinado que aqueles que possuem negócios no Irã teriam um período para encerrar operações ou negócios e, aqueles que não o fizessem, teriam o risco de sofrer consequências.

“O Acordo com o Irã foi uma das piores e mais unilaterais transações que os Estados Unidos já realizaram.” (Donald Trump, WHITE HOUSE, 2018, tradução nossa)

Em um encontro entre os dois presidentes foram analisadas as agendas dos dois países, na qual demonstram querer reaver a boa relação entre a Rússia mas os pontos de discordância impedem um alinhamento e nenhum dos lados aparenta ceder nas exigências, como afirmou Putin e logo depois Trump:

“É bastante claro para todos que a relação bilateral está a atravessar uma fase complicada e, no entanto, a tensão atual [...] não têm uma razão sólida por detrás. [...] também mencionamos nossa preocupação com a saída dos Estados Unidos do JCPOA. [...] Enquanto discutíamos a crise interna ucraniana [...] Ao mesmo tempo, os Estados Unidos poderiam ser mais decisivos em cutucar a liderança ucraniana e incentivá-la a trabalhar ativamente nesta questão. [...]” (Vladimir Putin, WHITE HOUSE, 2018, tradução nossa)

“Nosso relacionamento nunca foi pior do que é agora. [...] Nada seria politicamente mais fácil do que recusar reunir-se, recusar envolver-se. [...] Como Presidente, não posso tomar decisões sobre política externa num esforço fútil para apaziguar os críticos partidários ou os meios de comunicação social, ou os Democratas que não querem fazer nada senão resistir e obstruir. [...] Também enfatizei a importância de exercer pressão sobre o Irã para que ponha termo às suas ambições nucleares e para que ponha termo à sua campanha de violência em toda a região, em todo o Médio Oriente. [...] A reunião de hoje é apenas o início de um processo mais longo. Mas demos os primeiros passos.” (Donald Trump, WHITE HOUSE, 2018, tradução nossa)

No entanto, em relação a Rússia especificamente, apenas a vontade do presidente não é a peça-chave para resolução do problema. Com os levantamentos sobre as interferências russas nas eleições e os boatos que surgiram sobre Trump tentar derrubar o regime de sanções russas, o Congresso tomou medidas para institucionalizar as sanções à Rússia e impedir sua suspensão ou modificação sem a sua aprovação expressa (WHITE HOUSE, 2018). Além dessa medida, com maioria de voto no Congresso, a política americana em relação à Rússia foi travada em numa

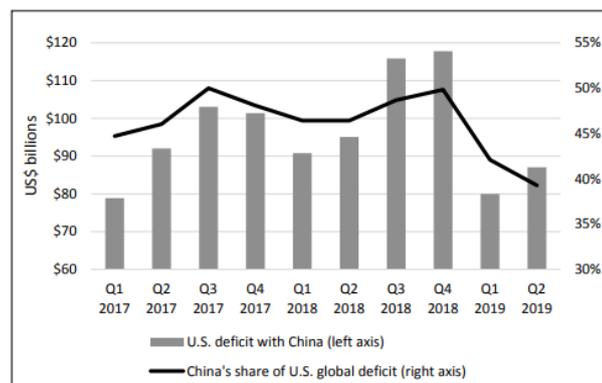
posição de confronto e privou o presidente de grande parte da sua influência em qualquer um dos seus encontros com o Kremlin.

A posição americana sobre a Síria também fez o otimismo em relação a Rússia recuar. As forças armadas americanas, junto com as forças da França e do Reino Unido lançou uma ofensiva a Síria (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018), que foi bastante criticada por Putin (THE GUARDIAN, 2018), e culpabilizou os aliados do país pelos danos que o conflito causou durante o tempo que tem durado. Dessa forma o ano terminou do mesmo jeito que começou, sem avanços com a Rússia.

“Ao Irã e à Rússia, pergunto: que tipo de nação quer ser associada ao assassinato em massa de homens, mulheres e crianças inocentes? [...] Em 2013, o Presidente Putin e o seu governo prometeram ao mundo que garantiriam a eliminação das armas químicas da Síria. O recente ataque de Assad – e a resposta de hoje – são o resultado direto do fracasso da Rússia em cumprir essa promessa.” (Donald Trump, U.S. Department Of Defense, 2018, tradução nossa)

2019 foi um dos anos mais tumultuosos para a relação dos EUA com a China. No início do ano, havia esperança de que os negociadores chegassem um acordo comercial sobre as práticas comerciais que beneficiasse a todos, e definiria a trajetória das relações bilaterais nos próximos anos. Em vez disso, o ano foi dominado por um colapso nas negociações, seguido pela escalada das tarifas (USCC, 2019). Com as tarifas desde 2018, o comercio bilateral entre os países teve uma grande queda conforme gráfico 2:

Gráfico 2 - Déficit comercial de mercadorias dos EUA com a China, 2017-2019



Fonte: U.S. Census Bureau, Trade in Goods with China.

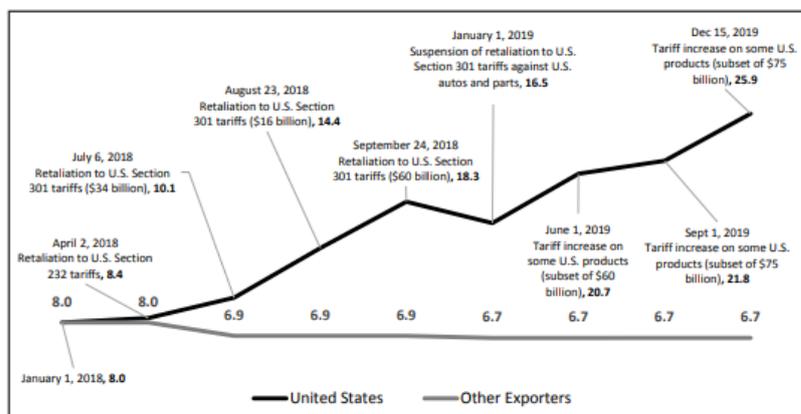
O governo exigiu uma série de políticas que distorcem o mercado e pressionaram Pequim a codificar compromissos com reformas económicas

estruturais, proibição de transferência forçada de tecnologia e eliminação dos subsídios (USCC, 2019). A China exigia a eliminação de todas as tarifas impostas pelo governo, a garantia de não imposição de tarifas futuras e uma lista de compras chinesas de bens dos EUA para reduzir o déficit que esteja alinhada com a demanda real na economia chinesa (USCC, 2019). Confusões e acusações nas negociações desencadeou uma nova série de aumentos das tarifas (USCC, 2019): dos EUA, de 10% para 25% e da China, em forma de retaliação, aumentando as taxas tarifárias de importações chinesas provenientes dos Estados Unidos para 25%.

“Agora estamos deixando claro para a China que, após anos de direcionamento contra nossas indústrias e roubo de nossa propriedade intelectual, o roubo de empregos e riquezas americanas chegou ao fim.”
(Donald Trump, White House, 2019, tradução nossa)

Tudo piorou em agosto quando o governo de Trump acusou a China de não cumprir o acordo de realizar grandes compras de produtos dos EUA. Foram anunciadas novas tarifas de 10%, posteriormente as tarifas aumentaram mais 5%, com ameaças de subir ainda mais 20% em caso de retaliação chinesa (WHITE HOUSE, 2019). A resposta chinesa não veio em forma de tarifas adicionais, mas sim do enfraquecimento da moeda chinesa comparado ao dólar, e principalmente redução das tarifas de produtos não americanos, ou seja, no mercado chinês produtos dos EUA ficaram muito mais caros, e as barreiras aumentaram mais ainda, conforme o gráfico 3:

Gráfico 3 - Taxa média da China sobre as importações provenientes dos Estados Unidos em relação a outros países, 2018-2019



Fonte: U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2019.

No campo de segurança, a China continuou a avançar de forma agressiva. Nesse contexto de aprofundamento das tensões sobre o comércio com os Estados Unidos e outros países, na região Indo-Pacífico, utilizou demonstrações de força militar para intimidar os seus vizinhos (USCC, 2019). Promoveu uma aproximação com a Coreia do Norte, para resolver as questões nucleares, minou as sanções dos EUA ao Irã, comprando clandestinamente as exportações de energia iranianas, violando as sanções, cresceu a presença na América Latina e Caribe e abriu áreas de cooperação com o Japão em um “reset” das relações (USCC, 2019).

Em relação ao MSC, ocorreram diversos encontros agressivos entre as forças americanas e chinesas, como exemplo, o grande exercício de assalto realizado pelas Filipinas e os EUA (USCC, 2019). Porém, o principal acontecimento de 2019 foi a suspensão dos EUA do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, seguindo a diretriz do NSS 2017, de encerrar acordos desvantajosos. Após a retirada formal do do tratado, em agosto, os militares dos EUA conduziram seu primeiro teste de voo de um míssil de cruzeiro convencional lançado no solo que teria sido proibido pelas disposições do tratado (USCC, 2019).

Em relação a Índia, o ano de 2019 fica marcado pelo primeiro desentendimento em muitos anos entre Índia e EUA. Os Estados Unidos encerraram a elegibilidade da Índia ao abrigo do Sistema Generalizado de Preferências (GSP) (USTR, 2019), o qual permite que produtos de países em desenvolvimento entrem no mercado dos EUA com isenção de impostos. Como afirma Trump:

“A rescisão do GSP pela Índia surge na sequência do seu fracasso em fornecer aos Estados Unidos garantias de acesso equitativo e razoável aos seus mercados em diversos setores. [...] A Índia implementou uma vasta gama de barreiras comerciais que criam graves efeitos negativos no comércio dos Estados Unidos. Apesar do intenso envolvimento, a Índia não conseguiu tomar as medidas necessárias para cumprir o critério do GSP” (Donald Trump, USTR, 2019, tradução nossa)

Apesar do pequeno desentendimento, as relações não se deterioraram. No Diálogo de Segurança Estratégica Índia-EUA ambos os lados se comprometeram em reforçar a segurança bilateral e a cooperação nuclear civil, incluindo a criação de seis centrais nucleares dos EUA na Índia (EMBASSY OF INDIA, 2019). Em relação à segurança, houve o Diálogo Ministerial EUA-Índia 2+2, e as colaborações militares crescentes, como resultado de uma confiança de alto nível e de um esforço consistente para ampliar as formas pelas quais EUA e Índia vem trabalhando juntos

(U.S. INDO-PACIFIC COMMAND, 2019). Um diferencial foi o convite da Índia para as forças militares dos EUA participarem do exercício naval multilateral Milan 2020 (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2019), o qual o governo americano prontamente aceitou.

2019 seguiu as tendências dos anos anteriores com a Rússia. Em relação a Ucrânia, EUA, a União Europeia e o Canadá impôs sanções e foi firmemente ressaltado que os parceiros transatlânticos iriam continuar se opondo às “ações malignas e ilegais da Rússia” (U.S. EMBASSY E CONSULATES IN RUSSIA, 2019). Em relação ao NSS 2017, mais um tratado foi finalizado pelo governo americano, o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF), o qual exige a destruição dos mísseis balísticos e de cruzeiro lançados no solo, baseado na alegação de que a “Rússia, não honrou o acordo” (WHITE HOUSE, 2019).

O último ano do governo Trump foi um ano de diversos desafios em relação à economia, segurança e a crise de saúde que abateu todo o mundo com o vírus do COVID-19. Nesse ano as tensões bilaterais EUA-China continuaram a aumentar à medida que ambos os países tomavam medidas para mitigar os riscos apresentados pela sua estreita relação económica (USCC, 2020).

Os legisladores dos EUA agiram de forma mais ativa e houve a interrupção do fluxo de tecnologia avançada para empresas chinesas que representam uma ameaça à segurança nacional (USCC, 2020), assim como foi criado um Bureau de Indústria e Segurança (BIS), que era responsável por administrar uma lista de empresas chinesas a serem bloqueadas do mercado americano sob pretexto de serem entidades controladas ou afiliadas ao governo, às forças armadas ou à indústria de defesa da China. Exemplo de empresas incluídas na lista foi o TikTok e o WeChat (USCC, 2020):

“Durante décadas, eles roubaram os Estados Unidos como ninguém jamais fez antes. Centenas de bilhões de dólares por ano foram perdidos nas negociações com a China, especialmente ao longo dos anos da administração anterior.” (Donald Trump, White House, 2020, tradução nossa)

A medida de retaliação da China foi o estabelecimento da Lei de Controle de Exportações, para unificar e consolidar as listas de controle de exportações existentes do governo chinês. Os dois governos conseguiram chegar a um acordo para resolver as diferenças comerciais no início do ano: o Acordo da Fase Um (USTR, 2020), que previa a suspensão de transferência forçada de tecnologia, melhorar as proteções,

proporcionar maior acesso ao mercado para serviços financeiros e reduzir as barreiras não tarifárias, assim como cumprir as metas de compra de produtos industriais (USTR, 2020).

Mesmo com o acordo no começo do ano, a administração Trump e o Congresso tomaram medidas preliminares para impedir lacunas regulamentares e reduzir o fluxo de financiamento a entidades chinesas, tendência que só foi acentuada com o surto de COVID-19 (USTR, 2020). À medida que os confinamentos preventivos foram levantados o mercado chinês ficou sufocado e ainda levantou preocupações no mundo sobre a dependência das empresas de redes de produção centralizadas na China (USTR, 2020).

Nesse contexto, Pequim e Washington desenvolveu uma relação totalmente combativa. À medida que o ano passava, de um lado o governo chinês tentava suprimir o COVID-19 e do outro os EUA inflamando a opinião pública e mundial:

“O encobrimento do vírus Wuhan pela China permitiu que a doença se espalhasse por todo o mundo, instigando uma pandemia global que custou mais de 100.000 vidas americanas e mais de um milhão de vidas em todo o mundo [...] Durante anos, o governo da China conduziu ações ilícitas espionagem para roubar os nossos segredos industriais, que são muitos. Hoje, emitirei uma proclamação para garantir melhor a investigação universitária vital do nosso país e para suspender a entrada de certos cidadãos estrangeiros da China que identificamos como potenciais riscos de segurança.” (Donald Trump, White House, 2020, tradução nossa)

Da parte do governo chinês houve acusações de que os Estados Unidos de intensificarem a sua “supressão e contenção” da China desde o surto de COVID-19, alertando que o “confronto estratégico EUA-China [havia] entrado num período de alto risco.”, com o sentimento global anti-China, no nível mais alto desde 1989 (USTR, 2020).

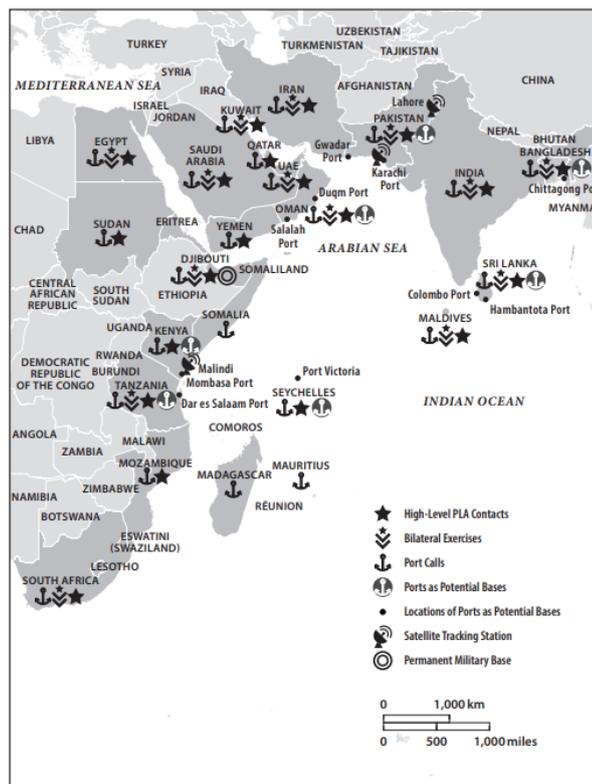
Enquanto o mundo se concentrava na pandemia e economia, no setor de segurança a China intensificou a intimidação militar dos seus vizinhos, impondo sanções económicas contra países que criticavam o seu comportamento, ao mesmo tempo que continuou investindo na expansão militar. Um dos setores que mais recebeu atenção foi o da cibersegurança, com diversas acusações americanas de que ataques cibernéticos contra organizações dos EUA envolvidas na investigação da COVID-19 estavam ocorrendo para ganhar vantagem na corrida para uma vacina (USTR, 2020).

As tensões da região do MSC também escalaram, apesar de não diretamente com os EUA, mas sim com parceiros. Essas movimentações atraíram tantas repreensões diplomáticas significativas, que resultou nos países regionais, os Estados Unidos e os países europeus endossando a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem de 2016, que invalidou as expansivas reivindicações marítimas da China (USTR, 2020). Os EUA alinhou sua política 100% de acordo essa decisão:

“A China também reivindicou ilegalmente território no Oceano Pacífico, ameaçando a liberdade de navegação e o comércio internacional [...] O governo chinês violou continuamente as suas promessas feitas a nós e a tantas outras nações” (Donald Trump, White House, 2020, tradução nossa)

A Índia foi um dos principais centro de conflito com a China, pois, em Junho, soldados chineses e indianos travaram um confronto mortal na sua fronteira, o primeiro desde 1975, que resultou na perda de vidas de ambos os lados (USTR, 2020). Também houve a expansão na região marítima, conforme a figura 6, para exercer pressão, retardar a intervenção das forças dos EUA numa contingência asiática; e proteger os territórios em terra que transportam comércio chinês e importações de energia.

Figura 6 – Projeção de poder do PLA no Oceano Índico



Fonte: U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2020.

A relação americana com a Índia, apesar de um pequeno empecilho em 2019, continuou a crescer em 2020. Com a realização da Parceria Estratégica Global Abrangente, o Departamento de Segurança Interna dos EUA e do Ministério de Assuntos Internos da Índia decidiram retomar o Diálogo de Segurança Interna (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2020). Além disso a iniciativa Iniciativa Quad com os Estados Unidos, a Índia, a Austrália e o Japão foi retomada:

“Juntos, o Primeiro-Ministro e eu retomamos a Iniciativa Quad com os Estados Unidos, a Índia, a Austrália e o Japão. Desde que assumi o cargo, realizámos a primeira reunião ministerial do Quad [...] e alargámos a cooperação em matéria de contraterrorismo, cibersegurança e segurança marítima para garantir uma economia livre e aberta. Indo-Pacífico.” (Donald Trump, USTR, 2020)

Com a realização do Diálogo Ministerial Índia-EUA 2+2, foi reiterado as trocas para fortalecer o desenvolvimento de tratamentos frete a pandemia de COVID-19 (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2020), e a satisfação com a implementação do LEMOA e do COMCASA, que expandiu as capacidades seguras de videoconferência entre suas respectivas Marinhas, Exércitos e Forças Aéreas, bem como entre os respectivos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2020).

Uma novidade nas relações bilaterais foi a assinatura de um Acordo Básico de Intercâmbio e Cooperação (BECA) (WHITE HOUSE, 2020), sendo o último dos quatro acordos militares fundamentais assinados por ambos os países nas últimas duas décadas. Ele permite o compartilhamento de dados geoespaciais sensíveis para aumentar a precisão dos drones e mísseis de cruzeiro indianos (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2020).

No campo dos exercícios militares em conjunto, nesse último ano da administração Trump a inclusão da Marinha Real Australiana na Exercício Naval Malabar EUA-Índia-Japão, realizado no fim do ano (PACOM, 2020). Também havia a expectativa sobre os exercícios a serem realizados em 2021, o Tiger Triumph, Yudh Abhyas e o Vajra Prahar (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN INDIA, 2020). Dessa forma, nota-se que o fim da administração Trump, em relação a Índia deixou o caminho aberto para continuidade no ano seguinte, conforme expresso pelo primeiro-ministro indiano:

“Amigos, a cooperação entre a Índia e os EUA em nível global é fundamentada em nossos valores e objetivos democráticos comuns, especialmente na região do Indo-Pacífico e em outros bens públicos globais [...] Essa relação é a parceria mais importante do século XXI.” (Primeiro-Ministro Modi, U.S. Embassy and Consulates in India, 2020)

Assim como em relação a China, a ansiedade militar marcou o início e o fim da presidência de Trump com a Rússia (MAHMUD, 2022). Na preparação para as eleições presidenciais dos EUA de 2020, a questão da interferência russa no processo, já levantadas em 2016, foram trazidas à tona novamente (CRS, 2021).

No entanto, houve tentativas oficiais da Administração Trump de discussões sobre a extensão do Novo START e uma estrutura para um tratado futuro, mas não chegaram a um acordo (CRS, 2021). O único pilar positivo foi em relação as questões de saúde em decorrência do COVID-19. Os Estados Unidos realizaram uma doação no valor de \$5,6 milhões, em ventiladores de fabricação americana, muito necessários para a Rússia, em resposta ao pedido de assistência do Presidente Putin (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN RUSSIA, 2020).

Esses foram os únicos aspectos tranquilos da relação em 2020. Os Estados Unidos submeteram sua decisão de se retirar do Tratado de Céus Abertos, que permite que cada Estado Parte conduza voos de reconhecimento, não armados e com aviso prévio, sobre todo o território dos outros Estados Partes para coletar dados sobre forças e atividades militares (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN RUSSIA, 2020). De acordo com o secretário de Estado, Pompeo:

“A Rússia tem violado flagrantemente e continuamente o Tratado de várias maneiras por anos. Esta não é uma história exclusiva apenas do Tratado de Céus Abertos, infelizmente, pois a Rússia tem sido uma violadora serial de muitas de suas obrigações e compromissos de controle de armas. [...] A designação russa de um campo de aviação para reabastecimento de Céus Abertos na Crimeia, Ucrânia, é de forma semelhante uma tentativa de avançar sua alegação de suposta anexação da península, que os Estados Unidos não aceitam e nunca aceitarão. [...] Não se engane: a Rússia sozinha é responsável por esses desenvolvimentos e pela contínua erosão da arquitetura de controle de armas.” (Michael Pompeo, U.S. Embassy And Consulates In Russia, 2020, tradução nossa)

Além de desistência do tratado, novas sanções diretas ou indiretas foram aplicadas à Rússia. Primeiro, sanções a entidades e indivíduos que avançam a influência maléfica da Rússia, de acordo com o governo americano, segundo, sanções foram reimpostas ao Irã, incluindo restrições como a proibição do Irã de se envolver em atividades relacionadas ao enriquecimento e reprocessamento, a proibição de

testes e desenvolvimento de mísseis balísticos pelo Irã, e sanções sobre a transferência de tecnologias nucleares e de mísseis (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN RUSSIA, 2020). Terceiro, quatro entidades localizadas na China e Rússia foram sancionadas por apoiarem o programa de mísseis do Irã, sob a Lei de Não Proliferação do Irã, Coreia do Norte e Síria (INKSNA), e, por último, o BIS realizou um ajuste nos Regulamentos de Administração de Exportações (EAR) adicionando uma nova lista de 'Usuário para fins militares' (MEU), que obriga exportadores, e transferidores obter uma licença para exportar ou transferir (dentro do país) itens designados para entidades listadas. O Governo dos EUA determinou que essas entidades representam um risco inaceitável de uso ou desvio para material para fins militares na China, Rússia ou Venezuela (U.S. EMBASSY AND CONSULATES IN RUSSIA, 2020).

5 ANÁLISE COMPARADA DOS GOVERNOS OBAMA E TRUMP

O objetivo deste capítulo é comparar o primeiro e segundo governo de Obama em relação ao de Trump, e examinar se houve uma continuidade na forma de direcionar a política externa dos Estados Unidos para Ásia, apesar das abordagens mais cooperativa ou agressiva, ou se o pivô foi modificado ou abandonado na administração de Trump. Aqui se faz necessário colocar os anos das administrações em perspectiva lado a lado e também analisar as reações da China, Índia e Rússia, frente as políticas adotadas. Essa comparação permitirá também identificar as mudanças nas relações bilaterais com os países e qual herança foi deixada para o próximo governo.

5.1 COMPARAÇÃO GOVERNO OBAMA E TRUMP:

Ao assumir a presidência em 2009, Barack Obama enfrentou um cenário marcado pela crise financeira de 2008 e pelo desgaste gerado pelas guerras no Iraque e Afeganistão. A prioridade inicial então para política externa era restaurar a economia doméstica e reconstruir o prestígio internacional dos EUA. A entrada nas negociações do acordo de livre comércio TPP, a viagem de abertura do governo para a Ásia e o tom das falas da administração comprovam.

Em relação à China, a administração Obama buscou uma abordagem de cooperação, conforme a figura 7 destaca, foram estabelecidos importantes pontos de partida e com a abertura de um diálogo com foco securitário e econômico. Apesar do estabelecimento do diálogo não ter gerado nenhum resultado tão significativo nesse primeiro ano do governo, permitiu um canal para os EUA iniciar debates sobre como resolver o déficit comercial. Essa abordagem cooperativa também permitiu angariar o apoio chinês em uma questão sensível da nuclearização da Coreia do Norte, resultando no embargo de armas ao país e sanções que beneficiaram os EUA. Em questões de conflitos, não houve incômodos significativos e, portanto, foi um começo de governo otimista. O que continuou a ser aplicado, no segundo mandato, com uma maior cooperação em questões econômicas e engajamento militar.

Já no primeiro ano do governo Trump uma abordagem mais combativa foi escolhida, posicionando a China como um adversário, como demonstrado no NSS de

2017. Apesar de expressar o desejo de cooperar, só mudanças drásticas da parte chinesa abririam espaço para tal. O esforço de mudança no diálogo S&ED para Diálogo Económico Abrangente, o Plano de 100 dias são prova disso. O pretexto do avanço militar chinês na região da Ásia serviu de combustível para um aumento de conflitos, conforme demonstrado na figura abaixo. Dessa forma, comparando o primeiro ano de cada mandato de Obama, com ênfase no engajamento multilateral e a diplomacia, Trump optou por uma postura mais unilateral e assertiva, refletindo suas promessas de campanha e visão de "America First".

Figura 7 – Situações de cooperação e conflito com a China (Primeiro ano Obama x Trump 2017)

CHINA			
STATUS	Obama 2009	Obama 2013	Trump 2017
COOPERAÇÃO	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	Diálogo Económico Abrangente
	Apoio no Conselho de Segurança da ONU – Coreia do Norte	Acordo de Acesso ao Mercado	O Plano de 100 Dias
	-	Conversas Tratado Bilateral de Investimento (BIT)	-
	-	Zona Franca de Xangai	-
	-	Visita mútua de navios	-
NEUTRO	Negociações Acordo de Associação Transpacífico (TPP)	-	Saida TPP
CONFLITO	-	-	FONOPs
	-	-	Vendas de armas Taiwan
	-	-	Sanções
	-	-	Implantação do THAAD + exercício conjunto de defesa contra mísseis balísticos

Fonte: Elaboração própria

Em relação à Índia, a administração Obama expressou um desejo de cooperação, porém não houve nenhum resultado grande, devido a alguns problemas da herança da situação ente o Afeganistão e Paquistão e a aproximação da China,

concorrente asiático do país. A vantagem desse começo do governo foi também a falta de conflitos, o que deixou aberto o caminho para cooperações futuras. No segundo mandato, houve uma ênfase na expansão e o fortalecimento militar, resultando em uma maior presença marítima. O governo de Trump, no entanto, aproveitou o histórico positivo com a Índia e aumentou ainda mais o engajamento na questão de segurança, também obtendo um ano sem conflitos e abrindo um início de governo tranquilo com um parceiro estratégico, como demonstra a figura 8:

Figura 8 – Situações de cooperação e conflito com a Índia (Primeiro ano Obama x Trump)

ÍNDIA			
STATUS	Obama 2009	Obama 2013	Trump 2017
COOPERAÇÃO	-	Yudh Abhyas	Malabar Exercise / Vajra Prahar / Red Flag / Yudh Abhyas
	-	Convite RIMPAC	Diálogo Comercial EUA-Índia + Contraterrorismo
		Diálogo Oceano Índico	-
NEUTRO	-	-	-
CONFLITO	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria.

Com a Rússia, a administração Obama tentou um "reinício" nas relações bilaterais, obtendo um saldo positivo no primeiro ano. Foi assinado um acordo estratégico que auxiliou na questão do Afeganistão que resultou uma economia de custos militares, e visando melhorar a cooperação foi estabelecido um diálogo entre as potências. O ponto positivo também se deu ao fato de que não houve conflitos diretos para levantar pontos de tensão. No seu segundo mandato, diferente do primeiro, as tensões já estavam crescendo devido a questões da defesa antimísseis na Europa e a resposta russa ao conflito na Síria, apesar de um maior índice de conflito que no primeiro mandato, o diálogo e a diplomacia continuou a ser enfatizado.

Já o primeiro ano de Trump, a herança era de um cenário de crescente tensão, que se mostra na linguagem utilizada para descrever as relações bilaterais. Embora houvesse cooperação em algumas áreas, como a questão Síria, a relação foi amplamente marcada por sanções e conflitos. Conforme a figura 9, nota-se que no primeiro ano de Trump em relação a Obama houve um aumento significativo das situações de conflito:

Figura 9 – Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Primeiro ano Obama x Trump)

RÚSSIA			
STATUS	Obama 2009	Obama 2013	Trump 2017
COOPERAÇÃO	Acordo de trânsito militar	Questão Síria	Questão síria
	Comissão Presidencial Bilateral EUA-Rússia		-
NEUTRO	-		-
CONFLITO	-	Sistema de defesa mísseis	Acidentes Militar
	-	Ucrania	Redução diplomática na Rússia
	-		CAATSA
	-		Sanções

Fonte: Elaboração Própria.

O segundo ano de Obama manteve a continuidade da cooperação discretamente, porém com adição de algumas tensões em relação ao MSC. Apesar disso, a linguagem passiva não foi abandonada, expressando o desejo de resolver as diferenças entre os países de forma pacífica. No seu segundo mandato houve uma busca maior no engajamento econômico e militar para promover a estabilidade regional e evitar que a China dominasse unilateralmente a área na Ásia. Já o segundo ano de Trump demonstrou uma agressividade crescente em relação a China, sem espaço para passividade, principalmente no campo econômico. O principal ponto foi a guerra tarifária, seguido do desengajamento militar. Conforme a figura 10, nota-se que as iniciativas de cooperação ficaram equiparadas, mas houve um grande aumento nos conflitos.

Figura 10 – Situações de cooperação e conflito com a China (Segundo ano Obama x Trump)

CHINA			
STATUS	Obama 2010	Obama 2014	Trump 2018
COOPERAÇÃO	Concordância em sanção Irã	Exercício RIMPAC	Diálogo Diplomático e de Segurança EUA-China
	-	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	-
		Acordo de Tecnologia da Informação	
NEUTRO	-	-	-

CONFLITO	Disputa Mar da China	-	Investigações USTR
	-	-	Tarifas comerciais
	-	-	Críticas ao NSS 2017
	-	-	Desconvite RIMPAC
	-	-	DOD exige a retirada dos sistemas de mísseis

Fonte: Elaboração Própria.

No seu segundo ano, a administração Obama focou em fortalecer os laços com a Índia como parte de sua estratégia de reequilíbrio asiático, reconhecendo o país como um contrapeso à crescente influência da China na região. Sendo um ano marcado por uma série de iniciativas destinadas a aprofundar a cooperação bilateral em diversas frentes. No seu segundo mandato os exercícios militares conjuntos, como o Malabar, aumentaram em escopo e complexidade, refletindo o crescente engajamento entre as forças armadas dos dois países, sendo um ano também sem conflitos. A administração Trump manteve essa direção estratégica, mas como lidava com um cenário mais adversarial, com tensões comerciais e estratégicas crescentes com a China, a profundidade e a natureza da cooperação EUA-Índia, foi influenciada com uma ênfase maior na segurança marítima e na contenção das ambições marítimas chinesas, conforme a figura 11:

Figura 11 – Situações de cooperação e conflito com a Índia (Segundo ano Obama x Trump)

ÍNDIA			
STATUS	Obama 2010	Obama 2014	Trump 2018
COOPERAÇÃO	Apoio ao Conselho de Segurança das Nações Unidas	Malabar	Cope India Force) / Malabar /Yudh Abhyas / Vajra Prahar
	Sétimo Yudh Abhyas	-	Primeira Cimeira Trilateral
	Iniciativa de Cooperação Antiterrorista EUA-Índia (CCI)	-	Diálogo 2+2
	Parceria Económica e Financeira	-	O Acordo de Compatibilidade e Segurança de Comunicações (COMCASA)

Fonte: Elaboração Própria.

Em relação à Rússia, entre 2010 e 2018, revela mudanças significativas na abordagem e nas circunstâncias geopolíticas envolvidas. Em 2010, a administração Obama buscou um "reset" nas relações com a Rússia, procurando reverter a deterioração das relações bilaterais que havia ocorrido nos anos anteriores. Este "reset" foi caracterizado por um foco na cooperação em áreas de interesse mútuo e gerou resultados significativos e uma abertura para cooperação futura, sendo um ano sem conflitos. No seu segundo mandato, contrastando com o primeiro, houve uma virada na política externa, não abrindo mais espaço para cooperação devido à anexação da Crimeia, com uma mudança também na retórica, resultando em um ano no qual todos os avanços realizados antes sofreram um retrocesso.

Em 2018, sob a administração Trump, a relação entre os Estados Unidos e a Rússia estava em um ponto de maior tensão, sendo um ano marcado por retórica dura e ações concretas, apesar de em alguns momentos ter havido uma tentativa de recuperação da relação bilateral. Essa tentativa não demonstrou resultados efetivos conforme a figura 12:

Figura 12 – Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Segundo ano Obama x Trump)

RÚSSIA			
STATUS	Obama 2010	Obama 2014	Trump 2018
COOPERAÇÃO	New START (Tratado de Redução de Armas Estratégicas)	-	-
	Concordância em sanções ao Irã	-	-
	Apoio ingressar na Organização Mundial de Comércio (OMC)	-	-
NEUTRO	-	-	-
CONFLITO	-	Impôs de sanções pela Crimeia	Sanções
	-	Suspensão do G8	Ataque Síria

Fonte: Elaboração Própria.

O terceiro ano dos respectivos governos foram diferentes em relação a China. Obama adotou publicamente o "pivô para a Ásia" e as relações foram caracterizadas por uma mistura de cooperação e competição, exemplificado pela entrada dos EUA no TPP, porém com uma retórica sempre cooperativa, o que resultou em um ano sem conflitos diretos. No seu segundo mandato, devido aos crescentes problemas com a

Rússia, houve um esforço contínuo para manter o diálogo e a cooperação, e não gerar tensões crescentes com duas potências asiáticas simultaneamente, resultando em um ano menos combativo, apesar de ainda manter uma presença no MSC.

Em contraste, a política externa do terceiro ano de Trump tornou-se muito mais confrontacional, com a escalada da guerra comercial e aumento das tensões no MSC com confrontos militares mais explícitos, que resultou na deterioração na comunicação e na confiança mútua. Isso contrastava com a tentativa de engajamento e cooperação observada em 2011, conforme a figura 13:

Figura 13 – Situações de cooperação e conflito com a China (Terceiro ano Obama x Trump)

CHINA			
STATUS	Obama 2011	Obama 2015	Trump 2019
COOPERAÇÃO	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	-
	“Volta” das relações Militares	Exercício Conjunto no Mar da China Meridional	-
	-	Exercício ‘Kowari’	-
	-	-	-
NEUTRO	Parceria Trans-Pacífico	-	-
CONFLITO	-	Patrulhas dos EUA Ilhas Artificiais	Aumento das tarifas comerciais
	-	-	Exercício de assalto nas Filipinas e nos Estados Unidos
	-	-	Retirada dos EUA do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário

Fonte: Elaboração Própria.

Em relação a Índia, na política pivô de promovida por Obama o país foi visto como um parceiro crucial para contrabalançar a crescente influência da China na região, o que ficou refletido no aumento do engajamento em questões securitárias, a falta de conflitos e nas trocas entre os líderes durante o ano. No seu segundo mandato esse engajamento continuou mais forte ainda, com o setor de defesa particularmente fortalecido

Já com Trump, se observa uma leve diminuição no engajamento cooperativo. No entanto, seguindo a política do “American First”, o primeiro conflito com a Índia

ocorreu. Apesar do foco da retórica ter sido mais transacional o país continuou a ser visto como um parceiro estratégico vital na região Indo-Pacífico.

Figura 14 – Situações de cooperação e conflito com a Índia (Terceiro ano Obama x Trump)

ÍNDIA			
STATUS	Obama 2011	Obama 2015	Trump 2019
COOPERAÇÃO	Exercício Malabar	Diálogo Estratégico e Comercial EUA-Índia (S&CD)	Tiger Triumph / Malabar
	Memorando de segurança cibernética dos EUA e da Índia (MOU)	Visão Estratégica Conjunta para a Região Ásia-Pacífico e Oceano Índico	Diálogo de Segurança Estratégica Índia-EUA
	Diálogo Estratégico EUA-Índia	Diálogo Cibernético na Índia	-
	Acordo Bilateral de Segurança da Aviação (BASA)	Acordo-Quadro de Defesa de dez anos	-
		Malabar / Yudh Abhyas / Red Flag	-
NEUTRO	-	-	-
CONFLITO	-	-	Finalização da designação GSP da Índia

Fonte: Elaboração Própria

Em relação a Rússia, seguindo o pivô, Obama buscava reverter uma "deriva perigosa", o que ficou demonstrado pela quantidade de áreas de cooperação no ano, apesar de alguns desafios, a retórica permaneceu passiva. No seu segundo mandato os problemas se mantiveram, especialmente devido a Ucrânia, com adoção de uma política de contenção que aumentou a presença militar americana ao mesmo tempo que foi mantido um canal de comunicação aberto com o país, mesmo assim não houve avanços nas relações. O que se assemelha com o terceiro ano de Trump, o qual apresentou problemas na mesma medida que o de Obama, e sem avanços cooperativos, demonstrando cada vez mais o deterioramento das relações bilaterais.

Figura 15 – Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Terceiro ano Obama x Trump)

RÚSSIA			
STATUS	Obama 2011	Obama 2015	Trump 2019
COOPERAÇÃO	Adesão Da Rússia À OMC	-	-
	Acordo de Serviços de Navegação Aérea	-	-
	Acordo De Eliminação De Plutônio De Grau Militar	-	-
NEUTRO	-	-	-
CONFLITO	Escudo Antimíssil Otan	Sanções	Sanções
	Problema da Líbia	Atlantic Resolve	Saída do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF)

Fonte: Elaboração Própria

No último ano do seu primeiro mandato, Obama focava na construção de uma relação bilateral que pudesse equilibrar cooperação e competição, procurava engajando militarmente e economicamente, porém mantendo uma postura de cooperação em questões globais, mas também abordando firmemente questões de concorrência desleal e no MSC, o que fica comprovado pela manutenção da cooperação, porém alguns conflitos frente ao avanço chinês. No seu segundo mandato o mesmo padrão foi mantido, com a busca por um equilíbrio entre cooperação e competição, havendo diferença apenas nos avanços sutis no campo militar para dissuadir a assertividade chinesa. Contrastando com Obama, a política externa americana em relação à China em 2020, foi significativamente mais confrontacional, com tensões comerciais se intensificando e deterioração nas relações securitárias. Um complemento ainda pior foi a pandemia de COVID-19, com os EUA responsabilizando publicamente a China pela propagação do vírus, o que levou a um aumento nas retóricas agressivas e nas políticas de contenção.

Figura 16 – Situações de cooperação e conflito com a China (Quarto ano Obama x Trump)

CHINA			
STATUS	Obama 2012	Obama 2016	Trump 2020
COOPERAÇÃO	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	RIMPAC	Acordo da Fase Um
	Primeiro exercício contra pirataria - Golfo de Áden	Diálogo Estratégico e Econômico (S&ED)	-
NEUTRO	-	-	-
CONFLITO	Tensão ilhas Japonesas	Terminal de Defesa de Área de Alta Altitude (THAAD)	COVID-19
	Casos OMC	Venda de armas Taiwan	Interrupção o fluxo de tecnologia avançada
	-	-	Lista De Entidades BIS
	-	-	Lei de Controle de Exportação
	-	-	Tribunal Permanente de Arbitragem de 2016

Fonte: Elaboração Própria

Em relação a Índia, no primeiro mandato, o foco da administração Obama foi no fortalecimento dos laços econômicos e de segurança abrindo espaço para uma política de continuidade para o próximo mandato. No segundo o engajamento no campo de defesa aumentou mais ainda, permitindo uma maior troca militar na Ásia. O último ano de Trump a relação bilateral continuou a evoluir, mas uma pressão maior por acordos comerciais mais favoráveis aos EUA

Ambas as administrações encerraram seu mandato com ótimas condições com a Índia, ficando claro, ao comparar os três períodos, que a relação EUA-Índia evoluiu de um foco inicial no estabelecimento de uma parceria estratégica (2012), passando pela consolidação dessa parceria (2016), até uma abordagem mais assertiva e transacional (2020).

Figura 17 – Situações de cooperação e conflito com a Índia (Quarto ano Obama x Trump)

ÍNDIA			
STATUS	Obama 2012	Obama 2016	Trump 2020
COOPERAÇÃO	Iniciativa de tecnologia e comércio de defesa (DTTI)	Status “principal parceiro de defesa	Acordo Básico De Troca E Cooperação (BECA)
	Oitavo Yudh Abhyas	Memorando de Acordo de Intercâmbio Logístico (LEMOA)	Diálogo Ministerial 2+2
	Diálogo Estratégico EUA-Índia	Exercícios militares	Iniciativa Quad
	-	Suporte para o NSG (Nuclear Supplier Group)	Retomada do Diálogo sobre Segurança Interna

Fonte: Elaboração Própria

Referente a Rússia, no primeiro mandato de Obama ainda não havia a questão da anexação da Crimeia, então as relações não estavam tão deterioradas. Houve algumas tensões em relação a defesa e a questão da Síria, porém apenas embates diplomáticos, sendo possível um avanço em relação as barreiras americanas em relação a Rússia. No entanto, no segundo mandato as relações já estavam completamente diferentes, resultando em nenhuma cooperação e o reforço no isolamento da Rússia para mudar sua política em relação à Ucrânia. Já Trump encerrou seu governo, apesar de uma linguagem mais branda, com a ampliação das sanções, desistência de tratados que tinha em comum com a Rússia e uma maior pressão econômica sobre o país, abrindo espaço apenas para ajuda relacionada a pandemia do COVID-19, conforme a figura 18:

Figura 18 – Situações de cooperação e conflito com a Rússia (Quarto ano Obama x Trump)

RÚSSIA			
STATUS	Obama 2012	Obama 2016	Trump 2020
COOPERAÇÃO	Suspensão do Jackson-Vanik	-	Doação de ventiladores dos EUA
NEUTRO	-	-	-
CONFLITO	Impedição na ONU (Síria)	Sanções	Desistência do Tratado de Céus Abertos
	Defesa antimísseis	Suspensão Bilateral (Síria)	Sanções
	-	Interferência Eleições	Lista MEU

Fonte: Elaboração Própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar as administrações fica claro que houve uma mudança de prioridade na política externa dos EUA, mudança essa influenciada pelo contexto nacional e internacional, no que resultou em Obama buscando um engajamento maior por meio de uma linguagem passiva e aberta, enquanto Trump tomou medidas assertivas logo no primeiro ano de governo, com uma linguagem mais agressiva.

Ao comparar o segundo ano de cada um, a abordagem mais diplomática e cooperativa sob Obama muda para uma postura mais assertiva e de confronto sob Trump. Enquanto um governo frente a conflitos focou em fortalecer parcerias e reduzir tensões, ao mesmo tempo que avançou no campo militar, o outro respondeu as tensões com conflitos securitários e econômicos respectivamente. O contexto também deve ser levado em consideração: enquanto um focava na construção de parcerias estratégicas, outro lidava com um cenário mais adversarial, com tensões comerciais e estratégicas crescentes.

Ao comparar o terceiro ano de cada líder, a política externa americana evoluiu de uma abordagem de "pivô" e tentativas de cooperação para uma postura de confrontos diretos, marcando o aumento dos conflitos com a Rússia, até o primeiro desconforto com a Índia, e guerra comercial, demonstrando as diferenças notáveis entre as abordagens. Enquanto Obama focou em uma parceria mais colaborativa e multilateral, Trump enfatizou uma relação mais transacional e no campo da segurança.

Em relação ao fim de cada governo, ficou evidente que com Obama as relações com a China e Rússia foram marcadas por idas e vindas, com a busca por resolução das questões de divergência de forma mais pacífica, ao mesmo tempo que aplicou medidas de contenção. Trump, no entanto, escolheu a abordagem direta e combativa. A Índia nos dois governos permaneceu como um importante parceiro na Ásia com uma grande evolução das relações, apesar de algumas discordâncias.

A comparação entre as administrações de Obama e Trump revela a profundidade das mudanças na política externa dos EUA em resposta às dinâmicas geopolíticas e às prioridades internas. Dessa forma, conclui-se que política externa americana o pivô para Ásia-Pacífico continuou firme sob os dois governos, apenas com abordagens distintas em algumas questões. Passando de uma abordagem

cooperativa e de reaproximação, tanto linguística e material, apesar de alguns conflitos, sob Obama, para uma postura mais combativa e assertiva sob Trump, tanto em momentos de cooperação como de conflitos, em relação à China e Rússia.

Referente à China, a política externa no governo Obama manteve a busca pela aproximação, mesmo frente a conflitos pontuais. Já Trump buscou a cooperação inicialmente e mudou a abordagem já no final do seu primeiro ano, assumindo políticas e uma linguagem de confronto. Em relação a Rússia, no governo Obama, apenas o conflito com a Ucrânia foi capaz de reduzir os esforços por uma cooperação, no entanto a linguagem não conformacional foi mantida durante todo governo. Já Trump, desde o início não demonstrou nenhum desejo de “reset” das relações, cooperando apenas devido a crise de saúde mundial. O ponto de continuidade, linguística e material, entre as duas administrações, foi a manutenção da linha de cooperação estratégica com a Índia, para servir de contrapeso a presença da China, que resultou em uma aproximação exponencial durante todos os anos.

7 REFERÊNCIAS

- ALI , S. Mahmud. *The US-China-Russia Triangle: An Evolving Historiography*. [S. l.]: Springer, 2022. 622 p.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. (2008), *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo editorial.
- BADER, Jeffrey A. *Obama and China's Rise:: An Insider's Account of America's Asia Strategy*. [S. l.: s. n.], 2012.
- BBC, 2012. "US and Japan agree on new missile defence system". Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-19620355>
- CERVO, Amado Luiz. *Conceitos em Relações Internacionais*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [s.l.], v. 51, n. 2, p.8-25, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292008000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nwMkT5DfDqSfshWsNhBzhrw/?lang=pt> Acesso em: 26 fev. 2024.
- CHAE-JIN, Lee. *The United States Faces Korea*. In: *A Troubled Peace: U.S. Policy and the Two Koreas*. 2006. p. 23.
- Chronology of U.S. - North Korean Nuclear and Missile Diplomacy*. Arms Control Association, Washington- DC, maio 2019. Disponível em: . Acesso em 05 de abr. 2024.
- CORDEIRO PIRES, Marcos; GUALBERTO DO NASCIMENTO, Lucas. *a geopolítica sino-russa na eurásia e as disputas China-EUA: Ásia-Pacífico-Grande Eurásia vs Indo-Pacífico. Ásia-Pacífico-Grande Eurásia*, [s. l.], p. 27-50, 2021.
- CORDESMAN, Anthony H.; HESS, Ashley. *The Evolving Military Balance in the Korean Peninsula and Northeast Asia*. Center for Strategic and International Studies, 2013.
- CORDESMAN, Anthony H.; HESS, Ashley. *The Evolving Military Balance in the Korean Peninsula and Northeast Asia*. Center for Strategic and International Studies, 2013.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Russia's wrong direction: what the United States can and should do. New York: Council on Foreign Relations, 2006. (Independent Task Force Report, n. 57).

FATIH, Tayfur M. Main Approaches to the Study of Foreign Policy: A Review, METU Studies in Development, v.21, No.1, p.113-141, 1994.

FIORI, J. L. 2007. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. Oikos, no. 8: 77-106.

GASPAR, Carlos. A América e o mundo depois de Bush: Os Estados Unidos e a transformação da Ásia. R:I n.º 19, [s. l.], p. 119-134, Setembro 2008. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/66-relacoes-internacionais-n-19>. Acesso em: 14 fev. 2024.

GONÇALVES DE OLIVEIRA, Alana Camoça. Os percalços da política externa norte-americana em direção à Ásia: uma análise realista neoclássica do Pivô para a Ásia no governo de Barack Obama (2009-2016). Política externa norte-americana em direção à Ásia, Conjuntura Austral: Journal of the Global South, p. 8, 2021.

HERMANN, Charles. "Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy." International Studies Quarterly, v. 34, no.1, 1990.

HUDSON, V.M. Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of International Relations. Foreign Policy Analysis, Malden, MA, v.1, n.1, p.1-21, 2005.

IOKIBE, MAKOTO; MINOHARA, TOSH. THE HISTORY OF U S - JAPAN RELATIONS: From Perry to the Present. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2017. 408 p.

JERVIS, Robert. Perception and Misperception in International Politics. Princeton: Princeton University Press, 1976

KHILNANI, Sunil. A Índia e o grande jogo do poder. Índia , Instituto Português de Relações Internacionais, p. 115-128, 2011. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/56-relacoes-internacionais-n-29>. Acesso em: 5 maio 2024.

LEGVOLD, Robert. Meeting the Russian Challenge in the Obama Era. Columbia University. 2010

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. A GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS E À EUROPA: VULNERABILIDADE, COOPERAÇÃO E CONFLITO. In: O RENASCIMENTO de uma potência? : a Rússia no século XXI. 1. ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea: [s. n.], 2012. cap. 1, p. 9-50. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3042/1/Livro-O_renascimento_de_uma_pot%C3%Aancia-a_R%C3%BAssia_no_s%C3%A9culo_XXI. Acesso em: 29 mar. 2024.

MENDES, Pedro Emanuel. A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século: O desafio do construtivismo. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 36, p. 105-118, dez. 2012. Disponível em https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri36/n36a08.pdf. Acesso em: 1 mar. 2024.

MENDONÇA, Filipe; LIMA, Thiago. A POLÍTICA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS NO GOVERNO BARACK OBAMA:: HERANÇAS, ESTRATÉGIAS E DESAFIOS. In: A ECONOMIA POLÍTICA DO GOVERNO OBAMA. [S. I.]: EDITORA UFPB, 2017. p. 121-163

NOGUEIRA, João e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOLAND, M. 2018. US Trade Policy in the Trump Administration. *Asian Economic Policy Review* 13, no. 2: 262-278.

NUMA MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. A GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS E À EUROPA: VULNERABILIDADE, COOPERAÇÃO E CONFLITO. In: O RENASCIMENTO de uma potência? A Rússia no século XXI. Ipea: [s. n.], 2012. cap. 1, p. 9-50.

OFFICE OF THE UNITED STATES REPRESENTATIVE. Trans-Pacific Partnership (TPP) Trade Ministers' Report to Leaders, 2011. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2011/november/trans-pacific-partnership-tpp-trade-ministers%E2%80%99-re>

O'ROURKE, R. China naval modernization: implications for U.S. navy capabilities—background and issues for congress. Congressional Research Service, 2015.

PARK, Y. A Modern Korean Economy: 1948-2008. Korea: The Academy of Korean Studies, 2018.

PAUTASSO, Diego; SCHOLZ, Fernando. A ÍNDIA NA ESTRATÉGIA DE PODER DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ÁSIA. A Conjuntura Austral: Journal of the Global South, [s. l.], v. Vol. 4, ed. nº. 19, WH 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/38010/26924>. Acesso em: 24 mar. 2024.

POLLACK, Jonathan D. The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework. Naval War Coll Newport RI, 2003.

REUTERS. Russia steps up criticism of NATO Libya campaign, 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSTRE74J5K8/>

S. V. FERREIRA, Marcos Alan. Análise de Política Externa em Perspectiva: atores, instituições e novos temas. [S. l.]: UFPB, 2020. 185 p. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/647/770/6365-1?inline=1>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SIPRI. National reports on arms exports 2009-2019. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/national-reports/United%20States%20of%20America>

SNYDER, R., BRUCK, H. W. e SAPIN, B. Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. Princeton: Princeton University Press, 1954

THE WORLD BANK. GDP, 2010 - China, United States. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?contextual=default&end=2010&locations=CN-US&most_recent_value_desc=true&start=2009&view=chart

trilateral summit: <https://in.usembassy.gov/remarks-by-president-trump-prime-minister-abe-of-japan-and-prime-minister-modi-of-india-before-trilateral-meeting/>

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Disponível em: <https://www.defense.gov/Multimedia/Photos/igphoto/2001161334/>

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. U.S.-Chinese Exercise, 2012. Disponível em: <https://www.defense.gov/Multimedia/Photos/igphoto/2001969854/>

U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011. Disponível em: <https://www.state.gov/>

U.S. DEPARTMENT OF STATE. South China Sea, 2011. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2012/08/196022.htm>

U.S. DEPARTMENT OF STATE. U.S.-China Strategic and Economic Dialogue 2011 Outcomes, 2011. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2011/05/162967.htm>

U.S. INTERNATIONAL TRADE COMMISSION, 2010. Disponível em: https://www.usitc.gov/research_and_analysis/tradeshifts/2009/india.htm

U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION, 2009-2022. Disponível em: <https://www.uscc.gov/annual-reports>

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS, 1929. Disponível em: <https://www.state.gov/iran-sanctions/>

UNITED NATIONS. Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures', 2011. Disponível em: <https://press.un.org/en/2011/sc10200.doc.htm>

UNITED STATES INTERNATIONAL TRADE COMMISSION. India: exports, imports, and trade balance. Disponível em: https://www.usitc.gov/research_and_analysis/tradeshifts/2010/india.htm

UNITED STATES PACIFIC FLEET U.S., Indian Navies Kick Off Malabar, 2011. Disponível em: <https://www.cpf.navy.mil/Newsroom/News/Article/2757574/us-indian-navies-kick-off-malabar-2011/>

US DEPARTMENT OF STATE. Section 655 Annual Military Assistance, Directorate of Defense Trade Controls, 2009-2021. Disponível em: https://www.pmdtc.state.gov/ddtc_public/ddtc_public?id=ddtc_public_portal_news_and_events&cat=Report&p=2

VAN DE WETERING, CARINA. CHANGING US FOREIGN POLICY TOWARD INDIA: US-India Relations since the Cold War. 16. ed. [S. l.]: Palgrave MacMillan, 2016.

VIZENTINI, P.F. A revolução Vietnamita. São Paulo: UNESP, 2007.

WENDT, Alexander, "Anarchy is what states makes of it: the social construction of Power politics". International Organization, 46, 1992, pp. 391–425.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. International Organization, v. 46, 1992

WESTAD, Odd Arne. The Cold War: A World History, 2017, p. 369

WHITE HOUSE, 2010. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/us-russia-relations-reset-fact-sheet>

WHITE HOUSE, 2011. Remarks By President Obama to the Australian Parliament. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>

WHITE HOUSE. National Security Council. The National Security Strategy of the United States. 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

WHITE HOUSE. National Security Council. The National Security Strategy of the United States. 2006 Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2006.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

WHITE HOUSE. President Bush Exchanges Toasts at State Banquet in Vietnam. 2006 Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/asia/2006/>

WHITE HOUSE. President Discusses Unity Between the U.S. & Japan. 2002 Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/02/20020218-2.html>

WHITE HOUSE. President Obama and President Xi Jinping of the People's Republic of China After Bilateral Meeting, 2013. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/06/08/remarks-president-obama-and-president-xi-jinping-peoples-republic-china->

WHITE HOUSE. Presidential Trip to Asia: Korea. 2002 Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/president/koreatrip/03.html>

WHITE HOUSE. United States-Russia Military Transit Agreement, 2009. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/fact-sheet-united-states-russia-military-transit-agreement>

WORLD BANK. World Integrated Trade Solutions. 2005. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/VNM/StartYear/2001/EndYear/2005/TradeFlow/Export/Partner/USA/Indicator/XPRT-TRD-VL> . Acesso em: 7 mar. 2024.

WORLD BANK. World Integrated Trade Solutions. 2008. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/USA/StartYear/2008/EndYear/2009/TradeFlow/Import/Partner/BY-COUNTRY/Indicator/MPRT-TRD-VL> . Acesso em: 1 mai. 2024.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. India Trade | WITS Data, 2012. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IND/Year/2010/Summary>

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disputes by member. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_by_country_e.htm

WORLD TRADE ORGANIZATION. Disputes by member. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_by_country_e.htm

ZEHFUSS, Maja. Constructivisms in International Relations: Wendt, Onuf and Kratochwil. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2002

ZEHFUSS, Maja. Constructivisms in International Relations: Wendt, Onuf and Kratochwil. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2002